

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
FACULDADE DE DIREITO

RICARDO AUGUSTO SCHAEGLER BASTOS

A RESPONSABILIDADE DO BANCO MUNDIAL COM OS DIREITOS
HUMANOS: QUAL A CONTRIBUIÇÃO DO BANCO MUNDIAL PARA OS
DESAFIOS DA AGENDA 2030 NA AMÉRICA DO SUL

CURITIBA

2022

RICARDO AUGUSTO SCHAEGLER BASTOS

A RESPONSABILIDADE DO BANCO MUNDIAL COM OS DIREITOS
HUMANOS: QUAL A CONTRIBUIÇÃO DO BANCO MUNDIAL PARA OS
DESAFIOS DA AGENDA 2030 NA AMÉRICA DO SUL

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito de aprovação na
disciplina de TCC II. Graduação em Direito -
Habilitação em Direito do Estado, Setor de
Ciências Jurídicas, Universidade Federal do
Paraná.

Orientadora: Prof^a Dr^a Danielle
Annoni

CURITIBA

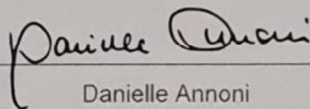
2022

TERMO DE APROVAÇÃO

A RESPONSABILIDADE DO BANCO MUNDIAL COM OS DIREITOS HUMANOS: QUAL A CONTRIBUIÇÃO DO BANCO MUNDIAL PARA OS DESAFIOS DA AGENDA 2030 NA AMÉRICA DO SUL

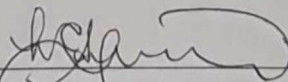
RICARDO AUGUSTO SCHAEGLER BASTOS

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

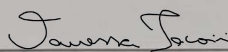


Danielle Annoni
Orientador

Coorientador



Liliane Costa Aguirre
1º Membro



Vanessa Lacomini
2º Membro

RESUMO

Esta monografia tem o objetivo geral de analisar a contribuição do Banco Mundial para a promoção dos direitos humanos. O escopo geográfico da discussão se concentra nos dados da América Latina e da América do Sul. Este trabalho apresenta o percurso histórico da instituição e o contexto em que ela foi criada. A metodologia utilizada foi o estudo de dados dos projetos do Banco Mundial, sobretudo aqueles relacionados à redução da pobreza. A importância desta pesquisa reside na análise da atuação do Banco Mundial na promoção dos direitos humanos, bem como no seu papel na agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. O Banco Mundial tem a promoção dos direitos humanos como um de seus objetivos, uma vez que é uma instituição criada sob o paradigma onusiano. A partir dos resultados obtidos, é possível concluir que o Banco Mundial tem um papel significativo na promoção dos direitos humanos, a despeito de todas as críticas e limitações.

Palavras-chave: Banco Mundial. Direitos humanos. Paradigma onusiano. Agenda 2030.

ABSTRACT

This monograph has the general objective of analyzing the contribution of the World Bank to the promotion of human rights. The geographic scope of the discussion focuses on Latin America and South America data. This work presents the historical path of the institution and the context in which it was created. The methodology used was the study of data from World Bank projects, especially those related to poverty alleviation. The importance of this research lies in the analysis of the performance of the World Bank in the promotion of human rights, as well as its role in the 2030 agenda for sustainable development. The World Bank has the promotion of human rights as one of its objectives, since it is an institution created under the UN paradigm. From the results obtained, it is possible to conclude that the World Bank has a significant role in the promotion of human rights, despite of all critics and limitations.

Keywords: World Bank. Human rights. UN paradigm. 2030 Agenda.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO - (HISTÓRICO DE BRETTON WOODS E O BANCO MUNDIAL COMO ORGANIZAÇÃO ASSOCIADA À ONU - CONTEXTO E CONJUNTURA)	6
2. BANCO MUNDIAL E DIREITOS HUMANOS: DE 1945 A 2019 (DADOS GERAIS MUNDIAIS DE CASOS, DADOS, ESTATÍSTICAS NA PROMOÇÃO DOS DH)	14
2.1 ATUAÇÃO DURANTE A GUERRA FRIA	14
2.2 A ERA DE OURO: DECADA DE 90	48
2.3 ATUAÇÃO DO BANCO MUNDIAL DE 11/09 A 2019.....	53
2.4 BANCO MUNDIAL NA AMÉRICA DO SUL ATUALMENTE.....	58
3. CONCLUSÃO - O QUE SE PODE ESPERAR DA ATUAÇÃO DO BANCO MUNDIAL NA PROMOÇÃO DOS OBJETIVOS DA AGENDA 2030 PÓS-PANDEMIA.....	61
REFERÊNCIAS.....	65

1. INTRODUÇÃO - (HISTÓRICO DE BRETTON WOODS E O BANCO MUNDIAL COMO ORGANIZAÇÃO ASSOCIADA À ONU - CONTEXTO E CONJUNTURA)

O presente trabalho tem como objetivo analisar a responsabilidade do Banco Mundial com os direitos humanos, considerando-se os desafios da Agenda 2030, os princípios firmados na Carta das Nações Unidas – aos quais o Banco Mundial se vinculou – e o recorte geográfico da América do Sul.

Em primeiro lugar, cumpre definir o que seriam direitos humanos e a que este trabalho se refere ao utilizar esse termo. É possível afirmar que a primeira vez que se debruçou, em direito internacional público, sobre a temática dos direitos humanos de maneira organizada e consciente se deu em 1948, culminando na Declaração Universal dos Direitos Humanos (REZEK, 2022, p. 265). Tal documento trouxe à baila uma série de direitos: direitos civis e políticos (arts. 4º a 21), bem como direitos econômicos, sociais e culturais (arts. 22 a 27). Os primeiros são tidos como “direitos humanos de primeira geração”, enquanto os outros são denominados de “direitos humanos de segunda geração”. Há ainda os “direitos humanos de terceira geração”, como o direito à paz, ao meio ambiente, à copropriedade do patrimônio comum, além de outras gerações. Contudo, este trabalho se limita a citar somente essas gerações, tendo como base a doutrina do professor Francisco Rezek (REZEK, 2022, p. 266-267).

Os direitos econômicos, sociais e culturais (aqueles de “segunda geração”) requerem uma prestação positiva do Estado ou das instituições internacionais para serem atendidos. Isso sucede porque para promover a educação e a saúde de um local, por exemplo, é necessário que se construam escolas e hospitais, ao passo que os direitos civis e políticos (aqueles de “primeira geração”) não demandam uma ação do Estado, senão a não interferência, ou seja, que ele não impeça o gozo de tais direitos, como o direito à vida, à liberdade e à segurança. No entanto, apesar dessa diferença, não se pode falar em uma divisão entre os direitos humanos, pois não há como garantir apenas uma geração de direitos, os direitos humanos são indivisíveis e somente podem ser atendidos em sua plenitude se assim o forem concebidos. De acordo com o exemplo dado, não há como se ter o direito à educação e à saúde

consagrados sem que o direito à vida, à liberdade e à segurança também o sejam (PIOVESAN, 2013, p. 207).

Vale mencionar, outrossim, que as gerações não são fruto de uma evolução em que uma substitui a outra. Como explica a professora Flávia Piovesan (2013, p. 207): “assim, partindo do critério metodológico que classifica os direitos humanos em gerações, compartilha-se do entendimento de que uma geração de direitos não substitui a outra, mas com ela interage”. Outra questão relevante é a que questiona o valor jurídico da Declaração Universal de 1948, isto é, se ela é ou não vinculante.

A princípio, cumpre esclarecer que a referida declaração não é um tratado e foi adotada pela Assembleia Geral da ONU sob a forma de resolução (PIOVESAN, 2013, p. 208). Com o fito de responder a essa pergunta, a doutrina produziu concepções das mais diversas. De um lado, há doutrinadores que entendem que a declaração é um documento vinculante, como a professora Flávia Piovesan, por derivar da Carta das Nações Unidas – a qual é, indubitavelmente, um tratado e, portanto, possui força vinculante. Em suas palavras:

Por isso, como já aludido, a Declaração Universal tem sido concebida como a interpretação autorizada da expressão “direitos humanos”, constante da Carta das Nações Unidas, apresentando, por esse motivo, força jurídica vinculante (PIOVESAN, 2013, p. 208).

De outro, há doutrinadores que compreendem que a declaração não possui força vinculante, como o professor Francisco Rezek, em razão de seu caráter de resolução, o que lhe conferiria a qualidade de mera “recomendação”, conforme artigo 10 e 14 da Carta das Nações Unidas. Nas palavras do professor Rezek:

A Declaração Universal dos Direitos do Homem não é um *tratado*, e por isso seus dispositivos não constituem exatamente uma obrigação jurídica para cada um dos Estados representados na Assembleia Geral quando, sem qualquer voto contrário, adotou-se o respectivo texto sob a forma de uma *resolução* da Assembleia. Por mais de uma vez, ante gestões externas fundadas no zelo pelos direitos humanos, certos países reagiram lembrando a natureza não convencional da Declaração (REZEK, 2022, p. 265).

Independentemente da posição doutrinária que se adote, é inegável que a Declaração Universal dos Direitos Humanos inaugurou uma nova fase do ordenamento jurídico internacional, colocando a pessoa humana e o respeito aos direitos humanos em seu centro (REZEK, 2022, p. 265; PIOVESAN, 2013, p. 204-205). É nesse cenário, portanto, que surge o Banco Mundial.

Antes de iniciar a análise da atuação do Banco Mundial, cumpre entender o contexto de surgimento desta instituição e o paradigma sobre o qual ela se erigiu. O Sistema Financeiro Internacional atual foi desenhado na Conferência de Bretton Woods (1944), a primeira conferência em que os EUA se assumem como a potência que dita as regras financeiras internacionais. As principais características do sistema forjado na conferência são, segundo Arner (2008, p. 246), liberalização do comércio, manutenção de sistemas financeiros nacionais fechados e taxas fixas de câmbio. Nessa conferência, foram criados o Banco Mundial, denominado BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) à época, e o FMI.

Inicialmente, o BIRD foi concebido com o papel de auxiliar na reconstrução dos países afetados pela Segunda Guerra Mundial. Ademais, o Banco possui como missão promover o desenvolvimento econômico, aliviar a pobreza e promover reformas estruturais e construção de capacidade por meio de empréstimos financeiros e auxílio técnico (PEUKER, 2006, p. 238).

A partir de então, passa a vigor o padrão dólar-ouro (1944-1973). Esse padrão perdurou de 1944, momento em que é instituído pela Conferência de *Bretton Woods*, até 1973, ano em que a moeda norte-americana é desvinculada do ouro. No entanto, vale destacar que, no ano de 1971, Richard Nixon flexibiliza a relação entre a moeda norte-americana e o ouro, com o intuito de possibilitar a emissão de uma quantidade maior de moeda para financiar os gastos relativos à Guerra do Vietnã (GILPIN, 2001, p. 236).

O referido paradigma monetário estipulava que os EUA, por serem uma economia em constante superávit, teriam de ter armazenado no *Federal Reserve* (Fed), banco central dos Estados Unidos, o equivalente de sua moeda em ouro. Além disso, o resto do mundo converteria o valor de suas respectivas moedas em dólar, bem como realizariam o comércio em dólar, de modo que todos estariam indiretamente vinculados ao ouro (GILPIN, 2001, p. 235-236).

Cumpra mencionar o que o geógrafo David Harvey afirma sobre o colapso do modelo de Bretton Woods:

A ruptura, em 1971, do acordo de Bretton Woods – de fixação do preço do ouro e da convertibilidade do dólar – foi um reconhecimento de que os Estados Unidos já não tinham condições de controlar sozinhos a política fiscal e monetária do mundo. A adoção de um sistema de taxa de câmbio flexível em 1973 (em reação às maciças variações especulativas das moedas com relação ao dólar) assinalou a completa abolição de Bretton Woods (HARVEY, 1992, p. 155-156).

Por outro lado, segundo Samuel Kilsztajn (1989, p. 91), o padrão dólar-ouro, estabelecido em *Bretton Woods*, vigorou de fato somente de 1958 a 1960. Isto porque o dólar, no pós-guerra, era realmente convertível em ouro, mas, até 1958, os demais países não efetivaram a prevista convertibilidade de suas moedas. Portanto, nessa data, surgiram dois problemas: a convertibilidade das moedas passou a limitar o papel exclusivo do dólar como moeda de reserva internacional, bem como tornou as economias dos países industrializados mais atrativas para os capitais norte-americanos.

Destarte, o fluxo de capitais norte-americanos, atraídos pelas altas taxas de crescimento dos demais países desenvolvidos, engendrou indesejáveis déficits no balanço de pagamentos dos Estados Unidos. Por conseguinte, em 1960, o Acordo de Bretton Woods já havia fracassado (KILSZTAJN, 1989, p. 91).

Ademais, o mercado de euromonedas contribuiu significativamente para o enfraquecimento do dólar. A partir de 1960, o dólar entra em crise. Cada vez mais, o Sistema Financeira Internacional tem evoluído no sentido de se tornar um sistema multipolar (KILSZTAJN, 1989, p. 92-93).

Como mencionado anteriormente, a vinculação do dólar ao ouro foi abandonada em 1971 pelo presidente norte-americano Richard Nixon e, conseqüentemente, o sistema de taxa de câmbio fixa desintegrou-se. Para Robert Gilpin (2001, p. 235), não houve um sistema monetário internacional¹ satisfatório desde o referido colapso da taxa de câmbio na década de 1970.

Outrossim, Robert Gilpin (2001, p. 237) explica que o mesmo fato que colocou os Estados Unidos como potência hegemônica em termos econômicos,

¹ Para fins de esclarecimento, Robert Gilpin (2001, p. 236) entende por sistema monetário internacional o seguinte conjunto de princípios: taxa de câmbio fixa acompanhada de uma flexibilidade que permita que os Estados lidem com problemas extraordinários, crédito de reserva confiável e o acordo entre os Estados para vincular suas respectivas moedas ao dólar.

políticos e militares no cenário internacional a partir do pós-Segunda Guerra Mundial, também ocasionou a ruína do Sistema de Bretton Woods, qual seja, o fato de os EUA terem sido o único país capaz de emitir moeda sem serem prejudicados por isso.

Na medida em que a potência norte-americana se envolveu nas guerras do Vietnã e da Coreia, teve de emitir moeda para financiar esses empreendimentos. Com isso, não pôde mais cumprir com o que fora acordado em 1944: manter a proporção de \$35 para uma onça de ouro. Por conseguinte, a alta inflação aliada à desconfiança no dólar provocaram o colapso do Sistema Financeiro Internacional como fora desenhado em Bretton Woods (GILPIN, 2001, p. 237).

Em dezembro de 1971, poucos meses após a desvinculação entre dólar e ouro estabelecida por Nixon, os EUA assinaram o “Smithsonian Agreement”, acordo no qual alguns países europeus concordaram em valorizar suas moedas em relação ao dólar, além disso, aumentaram o preço da onça de ouro para 38 dólares. Havia se estabelecido, então, a flexibilização das taxas de câmbio (GILPIN, 2001, p. 238).

Posteriormente, Robert Gilpin (2001, p. 239) afirma que houve tentativas de criar um sistema de taxas fixas de câmbio, contudo, as potências industriais da época não conseguiram firmar um acordo. Na Conferência da Jamaica em 1976, instituem-se por definitivo as taxas flexíveis de câmbio. Por fim, o Sistema de Bretton Woods é desfeito por completo, de modo que Gilpin (2001, p. 239) considera que se está diante de um “não sistema”, pois não há mais regras para ordenar o sistema monetário internacional.

Por um lado, alguns autores entendem que o Sistema de Bretton Woods foi crucial para o crescimento pós-Segunda Guerra Mundial, haja vista a estabilidade da taxa de câmbio alcançada por conta de suas instituições, especialmente quando comparada com as taxas de períodos anteriores. Por outro lado, há quem defenda que o sucesso do referido sistema ocorreu como uma consequência do crescimento econômico, e não como sua causa (EINCHENGREEN, 1996, p. 91).

Rodrick e Gavin (2003, p. 329) destacam o caráter inovador da criação do Banco Mundial, pois das criações de Bretton Woods: FMI e Banco Mundial, o Banco era a menos óbvia, no sentido de que a manutenção de um sistema

monetário estável era algo desejado e necessário para os Estados há muito tempo (em referência ao FMI), ao passo que uma instituição criada para realizar empréstimos sobretudo para países e regiões carentes era uma ideia um tanto inovadora.

Em relação aos direitos humanos, esses são a única proteção, em nível internacional, conferida aos indivíduos contra seus respectivos Estados soberanos. Com o advento das instituições financeiras internacionais como o FMI e o Banco Mundial, é necessário estender essa proteção contra agentes não-estatais, como os referidos anteriormente (WAHI, 2006, p. 335).

Dessa forma, Wahi (2006, p. 338) defende a aplicação horizontal de direitos, a qual, segundo a autora, já é uma doutrina aceita pelos ordenamentos jurídicos de diversos países. Essa doutrina exprime que tanto o direito constitucional quanto o direito internacional têm origens comuns, portanto, devem ambos servir de proteção ao indivíduo contra o poder estatal.

Hodiernamente, este conceito é expresso pelo termo constitucionalismo multinível, o qual significa a um só tempo a constitucionalização do direito internacional e a internacionalização do direito constitucional. Em outras palavras, o constitucionalismo multinível propõe o diálogo entre as constituições dos Estados, tendo como foco o princípio *pro persona*, isto é, a aplicação da norma mais benéfica para o indivíduo concreto. É uma doutrina, por conseguinte, marcada pela humanização, constitucionalização e internacionalização do diálogo acerca dos direitos humanos (FACHIN, 2020, p. 81).

Outrossim, essa mesma ideia central, ainda que diferenciada pelos matizes de cada autor, é expressa também em outros termos, como “transconstitucionalismo” pelo professor Marcelo Neves (2014, p. 192-193) e “constitucionalismo global” ou “constitucionalismo societário” pelo professor J. J. Gomes Canotilho (2010, p. 325-327).

No que tange às formas de responsabilização e prestação de contas do Banco Mundial e do FMI, cumpre mencionar que muitas já existem, mas, frequentemente, se provam insuficientes para atender a proteção dos direitos humanos (WAHI, 2006, p. 338). Ademais, é necessário mencionar que o presente trabalho focalizará nos mecanismos de responsabilização do Banco Mundial, deixando de lado aqueles referentes ao Fundo Monetário Internacional.

Faz-se essa ressalva, pois muitos desses mecanismos existem para ambas as instituições.

Uma mudança importante ocorreu na gestão de Robert McNamara, presidente do Banco Mundial de 1968 a 1981, quem introduziu a abordagem voltada à promoção do desenvolvimento e redução da pobreza; em contraposição àquela que já era praticada antes dele: a de simples empréstimos a países em desenvolvimento (WAHI, 2006, p. 340).

Essa nova abordagem resultou no “Structural Adjustment Loan (SAL)”, desenvolvido na década de 1970, a qual basicamente institui um programa para reconstruir a economia de um determinado país que estava em crise e recuperar sua competitividade internacional por meio de empréstimos condicionais desembolsados ao longo do tempo, a depender do grau de sucesso das medidas implementadas por aquele país (WAHI, 2006, p. 340-341).

As medidas exigidas pelo Banco Mundial para a implementação do “SAL” são: liberalização do comércio, abolição de subsídios, desvalorização da moeda local, privatização e redução de gastos públicos. Além dessas medidas econômicas, são exigidas também condicionalidades políticas, como eleições democráticas e respeito a questões ambientais e ao conceito de governança (WAHI, 2006, p. 344).

A partir da conjuntura apresentada, este trabalho volta-se à análise da atuação do Banco Mundial, instituição criada sob o paradigma onusiano, que possui como propósito, de acordo com seu documento constitutivo “Articles of Agreement” (2012), a promoção do desenvolvimento, o incremento dos padrões de vida e das condições de trabalho, dentre outras. O enfoque deste trabalho se dá com relação à agenda 2030 do Banco Mundial na América do Sul.

Como a relação entre desenvolvimento e promoção dos direitos humanos é largamente sabida (UNDP, 2000, p.1), pode-se depreender que o Banco tem a promoção dos direitos humanos como um de seus objetivos. Essa pode se dar de diversas formas: combate à pobreza, à discriminação trabalhista e de gênero, ao trabalho infantil, à proteção do meio ambiente e dos povos tradicionais, etc. São esses, portanto, os parâmetros deste trabalho para a análise da promoção dos direitos humanos.

A metodologia utilizada no trabalho tem como base a análise de dados oficiais dos projetos do Banco Mundial, bem como de dados provenientes de

artigos científicos e obras doutrinárias a fim de identificar a realidade dessas políticas e seus impactos na promoção dos direitos humanos.

O presente trabalho se divide nos seguintes tópicos: a introdução; o segundo capítulo que tratará da análise da dados gerais do Banco Mundial e direitos humanos de 1945 a 2022; por fim, o último capítulo dedica-se às considerações finais acerca do que se pode esperar da atuação do Banco na promoção dos objetivos da agenda 2030 pós-pandemia.

2. BANCO MUNDIAL E DIREITOS HUMANOS: DE 1945 A 2019 (DADOS GERAIS MUNDIAIS DE CASOS, DADOS, ESTATÍSTICAS NA PROMOÇÃO DOS DH)

O Banco Mundial não foi muito atuante em seus anos iniciais como instituição, pois, embora possuísse um capital subscrito de US\$ 10 bilhões, carecia de capital na prática, uma vez que os países tinham de desembolsar apenas vinte por cento do seu capital subscrito. O BIRD emprestou cerca de US\$ 800 milhões para a reconstrução dos países europeus, sobretudo França e Holanda, entre 1947 e 1954. O que se revela uma quantia pouco relevante quando comparada ao montante emprestado pelos Estado Unidos pela via bilateral, aproximadamente US\$ 13,5 bilhões. Os países alvos da ajuda bilateral foram em ordem decrescente: Reino Unido, França, Itália, Alemanha, Holanda (Indonésia), Grécia, Áustria, Bélgica, Luxemburgo, Dinamarca, Noruega, Turquia, Suécia, Irlanda, Portugal e Islândia (PEREIRA, 2009, p. 62-65).

Além disso, a necessidade de os Estados Unidos e a Europa Ocidental reconstruírem a Europa e blindá-la da influência soviética se sobrepôs ao projeto de estabilidade monetária, livre comércio e liberdade crescente para os fluxos de capital almejados pelo Sistema de Bretton Woods (KAPUR et al., 1997, p. 74). Essa é a lógica expressa na Doutrina Truman, termo referente à política externa do presidente norte-americano de contenção ao avanço comunista. Tal política tem como consequência o Plano Marshall, ou Programa de Recuperação Europeia, um projeto de ajuda econômica bilateral para os países da Europa Ocidental. Em vista disso, a ajuda multilateral com foco na atuação do Banco Mundial e FMI foi preterida pelo Plano Marshall nos anos iniciais do projeto (PEREIRA, 2009, p. 64).

2.1 ATUAÇÃO DURANTE A GUERRA FRIA

Para além de um instrumento de ajuda econômica, a atuação do BIRD e os empréstimos bilaterais dos EUA aos países da Europa Ocidental representaram a tentativa – de certo modo, bem-sucedida – dos norte-americanos de atrair os países do Oeste Europeu para sua órbita de influência e, conseqüentemente, afastá-los da órbita soviética (SARAIVA, 2008, p. 199-

202). Em razão disso, a URSS não ratificou os artigos do acordo de fundação do FMI e do BIRD, bem como o representante da URSS acusou na Assembleia Geral da ONU as instituições de Bretton Woods de serem “sucursais de Wall Street” e que o BIRD havia se convertido em um “instrumento” dos EUA (PEREIRA, 2009, p. 66-67).

Se, por um lado, para alguns, o Banco representava uma “sucursal de Wall Street”; por outro lado, para Toussaint (2006, p. 40), a referida instituição passou por momentos difíceis em seus anos iniciais porque até mesmo os banqueiros de Wall Street desconfiavam dela e consideravam-na muito influenciada pela política do “New Deal”, demasiadamente intervencionista e pública.

Nesse sentido, a URSS tentou por diversas vezes conquistar a segunda posição na hierarquia de votos do FMI e do BIRD, mas restou à potência soviética a terceira posição. Esse foi mais um dos motivos que fizeram com que o governo de Kremlin desistisse de adentrar as instituições (PEREIRA, 2009, p. 67). Vale ressaltar que a Rússia somente se tornou membro do Banco Mundial no dia 16 de junho de 1992 (WORLD BANK, 2022b). Para ilustrar a distribuição de capitais e votos, segue a tabela que apresenta a subscrição de capital do BIRD e o poder de voto acordados em 1947.

TABELA 1 – SUBSCRIÇÕES DE CAPITAL E PODER DE VOTO NO BIRS (AGOSTO DE 1947)

Países	Subscrição de capital (milhões de dólares)	Percentual de votos
Estados Unidos	3.175	34,28
Reino Unido	1.300	14,17
China	600	6,68
França	525	5,88
Índia	400	4,55
Canadá	325	3,74
Holanda	275	3,21
Bélgica	225	2,67
Austrália	200	2,41
Itália	180	2,19
Tchecoslováquia	125	1,6
Polônia	125	1,6
Brasil	105	1,39
União Sul-Africana	100	1,34
Dinamarca	68	0,99
México	65	0,96
Noruega	50	0,8
Turquia	43	0,73
Iugoslávia	40	0,7
Egito	40	0,7
Chile	35	0,64
Colômbia	35	0,64
Grécia	25	0,53
Irã	24	0,52
Peru	17,5	0,45
Filipinas	15	0,43
Uruguai	10,5	0,38
Venezuela	10,5	0,38
Luxemburgo	10	0,37
Síria	6,5	0,34
Bolívia	6,5	0,34
Iraque	6	0,33
Líbano	4,5	0,32
Equador	3,2	0,3
Etiópia	3,2	0,3
Costa Rica	3	0,29
Guatemala	3	0,29
República Dominicana	3	0,29
El Salvador	1	0,28
Honduras	1	0,28
Islândia	1	0,28
Nicarágua	0,8	0,28
Paraguai	0,8	0,28
Panamá	0,2	0,27

FONTE: PEREIRA (2009).

Como se pode perceber, a soma do percentual de votos de EUA, Reino Unido e demais países capitalistas da Europa e Oceania ultrapassava 70% do total. O que demonstra o controle da potência norte-americana da referida instituição, uma vez que esses países estavam sob sua zona de influência (PEREIRA, 2009, p. 68).

As decisões no Banco eram tomadas por consenso ou pelo requisito mínimo de 85% do total de votos. Uma vez que nenhum outro país possuía mais de 15% dos votos, os EUA eram o único país que possuía poder de veto – o único detentor de tal prerrogativa durante a história do Banco Mundial –, isso lhe garantia, portanto, o controle das mudanças da instituição (PEREIRA, 2009, p. 47-48).

Esse controle da instituição pelos Estados Unidos foi explicitado inclusive no discurso do presidente Figueiredo, em setembro de 1982, na

abertura da Assembleia Geral da ONU. Conforme o professor Moniz Bandeira comenta o discurso de Figueiredo:

Segundo ele, os esforços do Terceiro Mundo no sentido de modificar quadros normativos, estruturas de decisão e regras operacionais discriminatórias, em instituições como o FMI, o Banco Mundial e o Gatt, entre outras, foram infrutíferos, pois as postulações, repetidas havia anos ou mesmo décadas, chocavam-se contra a “impenetrável muralha do poder de veto de uns poucos, capaz de sobrepor-se às mais óbvias considerações de racionalidade ou às mais fundadas pretensões de equidade.” (BANDEIRA, 2011, p. 620).

Além disso, o subcontinente sul-americano contava com escassos 4,52 por cento dos votos, dos quais 30 por cento estavam representados somente pelo Brasil, maior detentor das cotas da América Latina e do Caribe. Claramente não havia espaço para a periferia, veja-se também a situação da África, em que quase a totalidade do continente estava sob jugo imperialista à época.

Nesse passo, Pereira (2009, p. 68) afirma que os EUA entendiam a América do Sul como sua região de gravitação. Não havia disputa com a URSS sobre essa região, como havia na Europa Ocidental, o que, por sua vez, não demandava a mesma atenção nem o mesmo esforço dos norte-americanos em trazer o subcontinente para sua zona de influência, pois nela já estavam. Nas palavras dos professores Francisco Doratioto e Carlos Eduardo Vidigal (2021, p. 77), até os anos iniciais da presidência de Juscelino Kubitschek, o governo dos Estados Unidos tratava os países latino-americanos como um rebanho submisso, sem aspirações próprias nem autonomia.

Cumprido salientar que inicialmente a atuação do Banco não se voltou à América Latina. Como mostra a tabela seguinte, a quantidade de compromissos financeiros realizados com a Índia quase se iguala àqueles realizados com todos os países do subcontinente latino-americano (KAPUR, 1997, p. 100).

TABELA 2 – COMPROMISSOS FINANCEIROS DO BIRD COM PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS (1948-1961)

Millions of U.S. dollars

<i>Fiscal year</i>	<i>Commitments to less developed countries^b</i>			<i>Cumulative number of borrowers</i>
	<i>Total</i>	<i>India</i>	<i>Latin American countries</i>	
1948	16	0	16	1
1949	109	0	109	3
1950	137	63	59	8
1951	145	0	85	13
1952	163	0	79	16
1953	110	51	29	16
1954	144	0	99	19
1955	163	26	123	19
1956	227	75	75	24
1957	179	35	50	26
1958	423	166	121	27
1959	426	135	137	29
1960	339	60	134	30
1961	332	90	71	30
Total	2,913	701	1,187	30

FONTE: KAPUR (1997).

Por outro lado, a tabela seguinte revela que países em desenvolvimento (ou “menos desenvolvidos”) receberam somas maiores do Banco Mundial em comparação com países desenvolvidos (ou “mais desenvolvidos”), o que ressalta uma tendência natural uma vez que aqueles são mais numerosos que estes (PEREIRA, 2009, p. 79).

TABELA 3 – EMPRÉSTIMOS PARA DESENVOLVIMENTO CONCEDIDOS PELO BANCO MUNDIAL (1948-1961)

Bilhões de dólares		Compromissos brutos		Empréstimos líquidos
Receptores	Países	1948-61 (b)	1956-61 (c)	1948-61 (d)
Total de empréstimos		5,1	2,8	3,9
Países "mais desenvolvidos"	Austrália, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Israel, Itália, Japão, Holanda, Nova Zelândia e África do Sul	1,7	0,9	1,1
Colônias	Argélia, Congo Belga (Zaire), Costa do Marfim, Gabão, Quênia, Mauritânia, Nyassaland (Maláui), Nigéria, Rodésia do Norte (Zâmbia), Ruanda-Urundi (Burundi), Rodésia do Sul (Zimbábue), Tanganyika (Tanzânia) e Uganda	0,5	0,3	0,4
Países "menos desenvolvidos"	Brasil, Burma (Mianmar), Ceilão (Sri Lanka), Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Etiópia, Guatemala, Haiti, Honduras, Índia, Irã, Iraque, Malaya (Malásia), México, Nicarágua, Paquistão, Panamá, Paraguai, Peru, Filipinas, Sudão (depois da independência em 1956), Tailândia, Turquia, República Árabe Unida (Egito), Uruguai e Iugoslávia	2,9	1,7	2,3
Energia e transporte		2,4	1,4	2
Agricultura e irrigação		0,1	0,1	0,1

FONTE: PEREIRA (2009).

Já em relação aos países considerados pobres, esses não foram considerados "elegíveis" aos empréstimos do BIRD uma vez que o Banco considerava as condições em que o país se encontrava e a capacidade desse país de conseguir arcar com os encargos do financiamento, bem como a sua disciplina fiscal e monetária. Muitos desses critérios, portanto, não eram atendidos por países pobres, razão pela qual, no grupo dos países "menos desenvolvidos", figuram sobretudo países de renda média, como Brasil, Índia, Chile, dentre outros (PEREIRA, 2009, p. 78).

Além disso, seguindo essa mesma lógica de realizar empréstimos para países minimamente rentáveis, o Banco Mundial, de início, quase não atuou na temática social e da promoção dos direitos humanos porquanto Wall Street somente aceitaria empreendimentos que fossem lucrativos. Isso ocorreu porque o governo norte-americano garantia financeiramente os compromissos do Banco Mundial (PEREIRA, 2009, p. 79).

Como mostra a tabela anterior, os investimentos em países em desenvolvimento se deram sobretudo nas áreas de infraestrutura, energia e transportes, bem como de agricultura, o que, em certa medida, também podem ser consideradas como medidas promotoras de direitos humanos, ainda que não diretamente na área social. Além do fato de que tais investimentos em infraestrutura constroem a base para o processo de industrialização no país, por

consequente, para o seu desenvolvimento. No entanto, tais investimentos seguiram a lógica de contenção do comunismo, uma vez que se entendia, à época, que um ambiente nacional de pobreza seria profícuo para a proliferação de ideologias comunistas. Entendeu-se, portanto, que a contenção se daria por quatro frentes: promoção da educação (qualificação profissional), da saúde, da agricultura e da redução das desigualdades (PEREIRA, 2009, p. 83).

Não obstante, Pereira afirma inclusive que

Apesar da retórica reformista, o BIRD jamais financiou ou apoiou qualquer iniciativa governamental voltada à redistribuição de riqueza e, especificamente, à democratização da estrutura agrária (PEREIRA, 2009, p. 83).

Na década de 1960 e 1970, contudo, começaram a aparecer empréstimos para educação, saúde, saneamento básico e abastecimento de água, apesar de resistências internas do BIRD (PEREIRA, 2009, p. 83).

A tabela seguinte revela, por sua vez, a participação dos países na concessão de capital para os empréstimos do Banco. Vale destacar a soma de 8% nos anos de 1946 a 1951 concedidos pelos países da América Latina, muito superior à dos anos seguintes (TOUSSAINT, 2006, p. 46).

TABELA 4 – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS GASTOS EFETUADOS COM OS EMPRÉSTIMOS DO BANCO MUNDIAL (1946-1955)

	1946-51	1952	1953	1954	1955
Estados Unidos	73,1%	65,3%	63,5%	58,7%	47,1%
Europa	11,3%	25,3%	30,1%	38,1%	48,8%
Canadá	6,6%	8,8%	4,3%	2,4%	2,9%
Subtotal países industrializados	91,0%	99,4%	97,9%	99,2%	98,8%
Latinoamérica	8,3%	0,5%	1,1%	0,4%	0,1%
Oriente Medio	0,4%	0,0%	0,0%	-0,1%	0,0%
África	0,3%	0,2%	0,8%	0,3%	1,0%
Asia	0,0%	0,0%	0,2%	0,2%	0,1%
	100%	100%	100%	100%	100%

FONTE: TOUSSAINT (2006)

O fato de parcela considerável do fornecimento de capital do Banco provir dos Estados Unidos contribui para criar uma relação de forte influência por parte da potência norte-americana sobre o Banco Mundial.

Ademais, o financiamento dos projetos teve como justificativa o papel educacional com o intuito de “ensinar” os países periféricos a administrar melhor os seus investimentos (PEREIRA, 2009, p. 76-77). Era uma forma de o BIRD demonstrar como se poderia melhorar a administração em cada caso especificamente. Isso ocorria basicamente de duas formas. A primeira, pela assistência técnica, se consubstanciava na montagem de agências específicas para gerir os projetos. A segunda se dava pelo atrelamento do auxílio técnico-financeiro ao comportamento dos prestatários, como a manutenção de uma disciplina fiscal e monetária (PEREIRA, 2009, p. 77).

A Argentina, segundo Alejandro Candeas, modificou seu comportamento no que se refere a privilegiar o regime multilateral de comércio:

Em 1956 a Argentina adere aos acordos de Bretton Woods, passando a ter acesso ao FMI, e substitui a política de acordos comerciais bilaterais pela participação no regime multilateral de comércio. Reabre-se a dependência a empréstimos internacionais, que servem para financiar a infraestrutura e compensar desequilíbrios comerciais. (CANDEAS, 2005, p. 19).

No início dos anos 1960, o palco de atuação do BIRD passou a englobar África e Ásia com maior vulto, em razão das descolonizações que ocorreram nesses continentes. Com o advento do fim da dominação colonial afro-asiática, surge um espaço de disputa entre as duas superpotências da Guerra Fria – que já atuavam nos conflitos por meio de guerras por procuração (*proxy wars*). Em consequência, os EUA voltaram sua atenção a esses países para evitar que se “contagassem” com o comunismo (KAPUR et al., 1997, p. 144).

A respeito disso, Sombra Saraiva (2008, p. 220) descreve a importância do rompimento com o colonialismo por parte da África e da Ásia da seguinte forma: “o fenômeno mais espetacular das relações internacionais da segunda metade dos anos 1950 e a primeira metade de 1960 foi o ocaso do colonialismo na África e na Ásia.” O mapa político mundial seria redesenhado em função desse acontecimento, o que, obviamente, provocaria consequências também para o sistema financeiro internacional.

A Conferência de Bandung (1955) e a Conferência de Belgrado (1961) estabeleceram as bases do terceiro mundismo e do movimento dos não-alinhados. Esse movimento rompe com a ideia própria do contexto da Guerra

Fria de divisão Leste-Oeste do mundo e traz consigo a ideia do eixo Norte-Sul, em que os países se dividiriam entre os desenvolvidos e os em desenvolvimento (ou subdesenvolvidos). Em vista disso, o discurso político da promoção do desenvolvimento mostra-se como um caminho para atrair esses países que optaram pela terceira via (PEREIRA, 2009, p. 88-89).

A exemplo disso, em 1960, ocorreu o lançamento da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), órgão que possui como principal escopo o fornecimento sem juros e subsídios aos países mais pobres. Nas palavras de Pereira:

Os EUA orientaram o Banco Mundial, na década seguinte, a expandir os empréstimos aos países pobres e a setores *soft*, a fomentar o aumento da produtividade agrícola em países da periferia por meio da difusão da Revolução Verde e a assumir a liderança no encaminhamento de questões politicamente estratégicas, como a liberalização comercial e industrial da Índia (PEREIRA, 2009, p. 93).

A estratégia norte-americana de promover o desenvolvimento da periferia mundial consubstanciava-se, portanto, na criação da AID para atuar em conjunto com o BIRD (PEREIRA, 2009, p. 93).

A América Latina, assim como o continente africano e asiático, não aderiu prontamente a um lado da Guerra Fria, pelo contrário, o subcontinente ensejou uma multiplicidade de formas de relacionamento com o mundo exterior (SARAIVA, 2008, p. 226). Consoante o professor Sombra Saraiva, o melhor exemplo de adaptabilidade ao ocaso da Guerra Fria foi o Brasil:

Desiludido com as falsas prebendas do ocidentalismo liberal dos tardios anos 1940, o Brasil retomou, nos anos 1950, seu viés nacionalista e desenvolvimentista. A Operação Pan-Americana (OPA), ensaiada por Kubitschek, foi a expressão de um movimento autônomo nas relações internacionais, cuja intensidade cresceu nos primeiros anos da década de 1960 com a chamada “Política Externa Independente”, e foi retomada em 1967, com a “Diplomacia da Prosperidade”, depois do interregno liberalizante do governo militar de Castello Branco (SARAIVA, 2008, p. 226-227).

À vista disso, percebe-se que as relações internacionais, durante a Guerra Fria, foram mais complexas do que a mera descrição da bipolaridade.

A título de comparação, o poder de assistência financeira do Banco Mundial era muito reduzido quando confrontado com a capacidade de ajuda na

via bilateral do governo dos Estados Unidos. Entre 1954 e 1961, a Coreia do Sul recebeu US\$ 2,5 bilhões como “doação” dos EUA, uma quantia superior a todos os empréstimos concedidos pelo Banco aos países independentes do denominado Terceiro Mundo (Índia, Paquistão, México, Brasil, Nigéria, dentre outros). A importância da Coreia do Sul para os norte-americanos se revelava no fato de ser um país geograficamente estratégico no contexto da Guerra Fria, pois está situada próximo à China e à URSS (TOUSSAINT, 2006, p. 73).

No ano de 1959, sucedeu um evento que aumentaria consideravelmente o nível de tensão na Guerra Fria e transformaria a atuação dos EUA perante o continente latino-americano, qual seja, a Revolução Cubana. Inicialmente, uma revolução eminentemente nacionalista, assumiria de 1961 em diante um caráter socialista. Para fazer frente ao “perigo castrista”, o Banco Mundial autorizou diversos empréstimos “emergenciais” a países da América Latina e do Caribe (KAPUR et al., 1997, p. 163-164).

Em seguida, outro problema gera impacto na imagem do BIRD. Entre os anos 1962 e 1964, onze países concentravam pouco mais da metade da dívida externa mundial (Índia, Brasil, Argentina, México, Egito, Paquistão, Turquia, Iugoslávia, Israel, Chile e Colômbia). Todos esses eram grandes clientes do Banco. Além de prejudicar a imagem da instituição, havia a questão de esses países serem considerados insolventes para receber empréstimos (TOUSSAINT, 2006, p. 207).

Além disso, o Banco Mundial enfrentava a concorrência de bancos multilaterais regionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nesses, os países periféricos possuíam maior poder de decisão do que no BIRD, razão pela qual o BIRD não poderia se distanciar do movimento a favor do desenvolvimento de países periféricos. A partir da década de 1960, o desenvolvimento, portanto, tornou-se uma questão política de destaque no plano internacional (KAPUR et al., 1997, p. 155).

Durante a gestão de George Woods (1963-1968) na presidência do Banco Mundial, o grande problema do endividamento foi utilizado como parte da solução. Isto é, as exigências de disciplina nas contas públicas foram reduzidas, bem como outros critérios passaram a ser valorizados, tais como: potencial de crescimento, orientação da política econômica e capacidade de absorção das instituições e dos sistemas produtivos. A partir dessa redução de exigências, a

concessão de empréstimos contribuía para acelerar o crescimento dos países devedores e, conseqüentemente, contribuía para que esses países pagassem suas dívidas (SANAHUJA, 2001, p. 68). Nas palavras de Sanahuja (2001, p. 69, tradução nossa): “Nessa lógica circular, na qual os problemas de solvência eram evitados concedendo-se novos créditos, o endividamento deixava de ser um problema e se convertia em parte da solução.” Houve, também, ampliação das atividades a setores sociais em cerca de 10% das carteiras de empréstimos (SANAHUJA, 2001, p. 69).

De um modo geral, o Banco, a partir da década de 1960, ampliou de maneira notável seus compromissos financeiros e seu corpo de funcionários, como se pode observar na tabela subsequente (PEREIRA, 2009, p. 99):

TABELA 5 – TAMANHO DO BANCO MUNDIAL: CRESCIMENTO POR PERÍODOS (DE 1948-1949 ATÉ 1993-1994)

	Anos fiscais (b)				
	1948-49	1959-60	1968-69 (c)	1980-81	1993-94
Despesas administrativas (a)	35	81	261	825	1.455
Staff total	414	657	1859	5.470	7.106
Staff de alto nível		270	829	2.513	4.075
Número de países-membros	47	68	109	137	177
Número de prestatários	4	21	51	80	90
Número de empréstimos (d)	7	44	103	302	445
Compromissos financeiros (a)	1.093	4.100	7.194	20.208	26.043

FONTE: PEREIRA (2009).

A década de 1960 foi o período no qual o Banco Mundial mais cresceu nos seus primeiros cinquenta anos (PEREIRA, 2009, p. 99-100). Isso possibilitou a ampliação dos empréstimos para países de outros continentes e subcontinentes, como África, Ásia e América Latina. Pode-se observar essa ampliação na tabela seguinte, sobretudo para países de renda média e baixa:

TABELA 6 – VOLUME DE EMPRÉSTIMOS DO BANCO MUNDIAL ENTRE 1961-1969 POR PAÍSES

Milhões de dólares (a)					
Prestatários (b)	Volume de empréstimo por país	Número de prestatários	BIRD	AID	Total
Total		93	7.219	2.217	9.436
Renda alta	Japão (495), Taiwan (203), Espanha (188), Finlândia (142), Nova Zelândia (103), Austrália (100), Itália (100), Cingapura (99), Israel (82), África do Sul (45), Dinamarca (25), Noruega (25), Islândia (20), Irlanda (15), Grécia (13) e Áustria (5)	16	1.644	15	1.659
Renda média e baixa		77	5.575	2.201	7.776
Renda média	México (607), Colômbia (444), Brasil (366), Argentina, (321), Venezuela (298), Iugoslávia (287), Irã (211), Tailândia (206), Malásia (194), Turquia (176), Filipinas (142), Peru (137), Chile (128), Coreia do Sul (113), Tunísia (99), Marrocos (86), Portugal (58), Jamaica (53), Trinidad e Tobago (49), Costa Rica (39), Chipre (35), Paraguai (33), Camarões (31), Congo (31), Equador (31), El Salvador (31), Uruguai (31), Guatemala (28), Bolívia, 24, Iraque (23), Senegal (23), Costa do Marfim (23), Argélia, 21, Gabão (20), Jordânia (12), Suazilândia (10), Afeganistão (9), Papua Nova-Guiné (9), Síria (9), Malta (8), Maurício (7), Panamá (4) e Botsuana (4)	43	4.113	354	4.467
Renda baixa	Índia (1.449), Paquistão (787), Nigéria (214), Etiópia (103), Sudão (101), Guiné (66), Gana (63), Quênia (63), Tanzânia (62), Zâmbia (53), Indonésia (51), Honduras (43), Nicarágua (30), Uganda (29), Maláui (28), Quênia/Tanzânia/Uganda (22), Madagascar (26), Sri Lanka (16), Guiana (12), Maurítânia (10), Mali (9), Somália (9), Libéria (8), Níger (8), Serra Leoa (8), Zâmbia/Zimbábue (8), Zaire (6), Chade (6), Benin (5), República Central Africana (4), Lesoto (4), Togo (4), Burundi (3), Burquina Fasso (1) e Haiti (0,4)	34	1.462	1.847	3.309
Índia		1	405	1.044	1.449
Paquistão		1	375	413	788

FONTE: PEREIRA (2009).

Dentre os países de renda alta, Japão e Taiwan se destacam como os que mais receberam. Já em relação à América Latina (renda média), os empréstimos mais vultosos foram destinados a países como Brasil, México, Venezuela, Argentina e Colômbia. Enquanto dentre os países de renda baixa, sobretudo asiáticos e africanos, aqueles que mais receberam foram Índia, Paquistão e Nigéria, com grande destaque para a Índia, país que mais recebeu empréstimos do Banco Mundial na década de 1960, conforme a tabela 6. É notável, ainda, a quantidade de empréstimos destinados a países de renda média e baixa, muito superior àqueles enviados a países de renda alta.

No entanto, grande quantidade dos empréstimos ainda está concentrada em pouco países, sendo esses países atores importantes no palco geopolítico da Guerra Fria, como Índia, Paquistão, Nigéria, México, Colômbia, Brasil, Japão, Taiwan, dentre outros (PEREIRA, 2009, p. 103).

Além do aumento do número de prestatários e da inclusão de países de renda média e baixa, houve uma diversificação setorial importante no portfólio do BIRD e da AID (KAPUR et al., 1997, p. 141), como se pode observar na próxima tabela:

TABELA 7 – ALOCAÇÃO SETORIAL DOS EMPRÉSTIMOS DO BIRD E DA AID (1961-1969)
Millions of U.S. dollars

<i>Sectors</i>	<i>IDA</i>	<i>IBRD</i>	<i>Total</i>
Agriculture	395	764	1,159
Education	152	92	244
Finance	40	768	808
Industry	7	327	333
Mining	0	85	85
Nonsector ^b	29	0	29
Power	141	2,555	2,696
Program lending ^c	555	0	555
Telecommunications	119	158	277
Transportation	714	2,372	3,086
Water supply and sanitation	66	99	165
Total	2,218	7,220	9,437

FONTE: KAPUR (1997).

Ainda figuram como os grandes setores: energia, transporte e agricultura. Há, contudo, uma participação importante de setores como educação, saneamento básico e abastecimento de água, atendendo à demanda por pautas sociais.

O Banco aprimorou sua capacidade de atuação em outras áreas, principalmente no fomento ao desenvolvimento, por meio do aprendizado com a experiência e expertise de outras organizações, como UNESCO e FAO, ambas organizações pertencentes às Nações Unidas e atuantes na temática da educação e da agricultura respectivamente (AYRES, 1983, p. 9; KAPUR et al., 1997, p. 190-191).

Outrossim, como já afirmado anteriormente, o Banco dividia espaço com novas instituições financeiras, como o BID, atuante na América Latina e no Caribe. Nos países dessa região, 51% dos empréstimos realizados pelo BID entre 1960 e 1969 destinaram-se para agricultura e setores sociais, ao passo que o Banco Mundial utilizou, para o mesmo fim, apenas 17% (KAPUR et al.,

1997, p. 138). Enquanto na área de infraestrutura social, o BID emprestou mais que o dobro do valor concedido pelo BIRD (KAPUR et al., 1997, p. 174).

Vale destacar, ainda, que, com o fim da década de 1960, o BIRD se tornava cada vez menos dependente dos recursos financeiros dos EUA e das dinâmicas políticas internas (PEREIRA, 2009, p. 111), uma vez que os EUA passaram por dificuldades financeiras importantes na década de 1970, nomeadamente os gastos com a Guerra do Vietnã e as crises do petróleo. A fatia norte-americana do PIB mundial representava 26% em 1973, enquanto, na década de 1950, ela estava na faixa de 35% (GWIN, 1997, p. 210).

No ano de 1968, tem-se o início da gestão de Robert McNamara (1968-1981). Essa gestão foi marcada por uma aproximação maior à área política dos Estados Unidos, em comparação à aproximação da área econômica realizada nos anos anteriores. A marca de seu governo era a relação entre segurança e desenvolvimento (AYRES, 1983, p. 7).

Robert McNamara priorizava tanto a segurança que chegou a afirmar o seguinte “a pobreza e a injustiça social podem pôr em perigo a segurança do país tanto quanto qualquer ameaça militar” (McNAMARA, 1968, p. 143). Havia, portanto, para McNamara, uma correlação direta entre pobreza e instabilidade.

Essa instabilidade, no plano internacional, poderia culminar na expansão do comunismo. Isso ocorreria porque a falta de desenvolvimento e a estagnação econômica são ambientes férteis para a proliferação de ideologias comunistas. A promoção do desenvolvimento seria, por conseguinte, um mecanismo de afastar os países subdesenvolvidos do polo comunista, haja vista a lógica bipolar da Guerra Fria extremamente pujante nas décadas de 1960 e 1970 (Ibidem, p. 171).

Segundo McNamara, o Banco daria sequência às mudanças na sua composição setorial, ou seja, manteria o foco na redução da pobreza e promoção do desenvolvimento. Desse modo, as áreas de destaque seriam: agricultura, educação, fornecimento de água potável, saneamento básico, nutrição, saúde primária, habitação urbana e planejamento familiar. (PEREIRA, 2009, p. 116). Todos esses representam, em menor ou maior medida, a promoção dos direitos humanos. McNamara (1974, p. 8-9) afirmou, ainda, que os focos principais seriam países da África, América Latina e Caribe.

A tabela seguinte, por sua vez, demonstra que América Latina e Caribe possuíam quase 40% do número de projetos do Banco Mundial de 1946 a 1968 e os compromissos financeiros permaneceram praticamente intactos durante todo esse período até 1973, ainda que nos anos iniciais da gestão McNamara o número de projetos tenha diminuído (a única região que teve o número de projetos reduzidos).

TABELA 8 – COMPROMISSOS FINANCEIROS DO GRUPO BANCO MUNDIAL POR REGIÃO (ANOS FISCAIS DE 1946 A 1973)

Região	Número de projetos				Compromissos financeiros (a)			
	1946-68	%	1969-73	%	1946-68	%	1969-73	%
África oriental	78	11	104	13.7	834	7.8	1.099	8.2
África ocidental	35	5	102	13.4	522	4.9	891	6.6
Europa, Oriente Médio e norte da África	113	16	168	22.1	1.785	16.8	3.198	23.8
América Latina e Caribe	281	39.7	176	23.2	3.554	33.4	3.734	27.8
Ásia	201	28.3	210	27.6	3.927	37	4.496	33.5
Total	708	100	760	100	10.622	100	13.418	100

FONTE: PEREIRA (2009).

NOTA: Em milhões de dólares de 1973.

Além disso, destaca-se a participação ainda muito fraca do continente africano, tanto em relação aos números de projetos quanto no que tange aos compromissos financeiros.

A tabela seguinte apresenta informações acerca do nível de renda dos países que estavam recebendo empréstimos do Banco nas décadas de 1960 e 1970 (renda alta, renda média e renda baixa), bem como em relação aos setores a que esses empréstimos estavam direcionados.

TABELA 9 – EMPRÉSTIMOS DO BIRD E DA AID DURANTE O PERÍODO MCNAMARA (ANOS FISCAIS 1969-1982)

Millions of U.S. dollars			
<i>Borrowers</i> ^b	<i>FY 1969-73</i>	<i>FY 1974-82</i>	<i>Total</i>
Total	11,215	79,207	90,421
High income	811	770	1,581
Middle and low income ^c	10,404	78,437	88,840
Middle income	6,499	48,248	54,747
Low income	3,905	30,188	34,093
Middle and low income by sector	10,404	78,437	88,840
Transport, power, telecommunications	4,922	27,153	32,075
Agriculture, social ^d	3,267	31,694	34,961
Agriculture	2,101	22,623	24,724
Education	531	3,380	3,911
Population, health, and nutrition	71	489	559
Urban development ^e	25	1,374	1,399
Water supply and sewerage	540	3,828	4,367

FONTE: KAPUR (1997).

Percebe-se que, de fato, o aumento dos empréstimos recaiu, em grande medida, sobre os países com renda média e baixa. Esses empréstimos foram alocados majoritariamente nas áreas de transporte, energia, telecomunicações, agricultura e setores sociais.

No setor de agricultura, os subsetores mais desenvolvidos pelo Banco foram os de irrigação, drenagem e gerenciamento de água desde os anos 1950 até os anos de 1970, sobretudo na Ásia, Oriente Médio e América Latina (KAPUR et al., 1997, p. 405). A tabela que segue demonstra a importância dos empréstimos no setor da agropecuária para a América Latina e Ásia, sobretudo no desenvolvimento dessas regiões. Essas tecnologias contribuíram para a realização da Revolução Verde e consequente modernização da agricultura (KAPUR et al., 1997, p. 393).

TABELA 10 – EMPRÉSTIMOS NO SETOR DA AGRICULTURA POR REGIÃO (1959-1995)
Percent share

<i>Region</i>	<i>Through</i>				
	<i>FY 1959</i>	<i>1960–69</i>	<i>1970–79</i>	<i>1980–89</i>	<i>1990–95</i>
Africa	0	13.7	14.5	15.2	14.9
Asia	42.2	42.9	40.6	43.7	48.1
Europe and Central Asia	0	3.3	11.3	9.5	8.9
Latin America and Caribbean	41.5	28.1	17.9	24.2	19.5
Middle East and North Africa	0.0	7.7	7.5	7.4	8.5
Other	16.3	4.4	8.2	0	0

FONTE: KAPUR (1997).

Nota-se que, no ano fiscal de 1959, a percentagem da Ásia e da América Latina e Caribe eram semelhantes, contudo, com o passar do tempo, a parcela do continente latino-americano cai pela metade, enquanto a do continente asiático continua a crescer.

Ademais, seguindo o raciocínio de ampliar e diversificar sua atuação, o Banco Mundial criou, em 1972, cinco vice-presidências regionais responsáveis por realizar empréstimos e elaborar projetos, bem como passou a conceder empréstimos para empresas públicas e bancos nacionais e regionais de desenvolvimento a partir de 1968 (MASON; ASHER, 1973, p. 744).

O foco dos organismos internacionais, em geral, e do Banco Mundial, em específico, no desenvolvimento da agricultura e no combate à fome está

intimamente atrelado à ideia malthusiana muito influente na década de 1970 de que o crescimento populacional estaria prestes a ultrapassar o limite da capacidade de produção de comida. Isso afetava notadamente os países periféricos, os quais possuíam menos condições de combater a fome pela falta de recursos. Portanto, a ajuda financeira se voltou nesse sentido, pois era uma forma de promover simultaneamente o desenvolvimento econômico, o combate à fome e à pobreza. (KAPUR et al., 1997, p. 394-395).

Essa visão de combate à pobreza estava atrelada à ideia neomalthusiana, defendida pelo Banco na década de 1970, de que era necessário que os países periféricos reduzissem o crescimento demográfico, senão o aumento da população condenaria tais países a permanecer na miséria. Entretanto, o Banco Mundial optou por afastar o controle populacional da sua agenda de projetos e estratégias em virtude da falta de expertise na área e de ser um elemento controverso moral e politicamente (FINNEMORE, 1997, p. 215).

Outros temas surgiram na agenda de McNamara para o Banco, como desemprego, saúde, nutrição, questão habitacional; ainda que nenhum tenha sido desenvolvido em larga escala (KAPUR et al., 1997, p. 237-238). Além disso, a maior parte dos projetos “urbanos”, assim classificados, se davam na área de abastecimento de água e sistema de esgoto (KAPUR et al., 1997, p. 257).

Além disso, o Banco teve uma atuação expressiva na área educacional, seus empréstimos passaram de US\$ 62 milhões em 1968-1970 para US\$ 194 milhões em 1971-1973. Os projetos educacionais se diversificaram para educação primária e alfabetização não-formal para adultos, nomeadamente no meio rural. Esses empréstimos, à época, eram justificados unicamente com base no incremento à produtividade da economia, ainda que, na década de 1990, a educação já fosse reconhecida como um mecanismo de redução da pobreza e da desigualdade (PEREIRA, 2009, p. 127).

Ademais, a atuação da AID e a “luta contra a pobreza” eram diretamente influenciadas pela lógica da Guerra Fria. O governo dos EUA, desse modo, imprimia a sua lógica nas mudanças da instituição; não foi, portanto, um processo institucional endógeno. Enquanto a IDA foi criada como um órgão definitivo, o programa de McNamara não o foi; pelo contrário, esse programa foi fruto de uma imposição gradual e objeto de muita resistência. Afinal, é necessário um grande esforço para estabelecer o desenvolvimento de

necessidades sociais como critério para uma instituição focada no crescimento econômico, como era – ou ainda é – o Banco Mundial. Apesar disso, a preocupação com a pobreza tornou-se referência para o Banco na década de 1970, posição mais adequada às doutrinas políticas da época (KAPUR et al., 1997, p. 222).

É sabido que a lógica de bipolaridade da Guerra Fria, na qual as potências norte-americana e soviética disputavam a conquista de espaço e de zona de influência, irradiou-se inclusive para influenciar as políticas do Banco Mundial. Nesse sentido, o foco no desenvolvimento das áreas rurais segue a mesma lógica, pois como afirma Samuel Huntington:

Para o sistema político, a oposição dentro da cidade pode ser perturbadora, mas não é letal. A oposição no interior é, porém, fatal. Quem controla o interior controla o país. (...) Se os camponeses aceitam e se identificam com o sistema existente, isso proporciona uma base estável ao sistema. Se os camponeses se opõem ativamente ao sistema, passam a ser os portadores da revolução (...). O camponês pode, assim, desempenhar um papel altamente conservador ou altamente revolucionário (HUNTINGTON, 1975, p. 302).

Em 1972, Albert Fishlow (1972) publicou um estudo sobre crescimento e distribuição de renda no Brasil, no qual demonstrou a profunda e crescente desigualdade de renda no país à época. Além disso, afirmou que tanto os trabalhadores rurais quanto os trabalhadores urbanos não estavam sendo beneficiados pelo crescimento econômico alcançado pelo país, o que gerou um debate caloroso com o então Ministro das Finanças, Delfim Netto. A fim de contrapor Fishlow, o ministro inclusive encomendou um estudo sobre a mesma temática, o qual demonstrava um crescimento de 24% na renda da parte mais pobre da população no decorrer da década de 1960 (KAPUR et al., 1997, 277).

Meses após o desentendimento, surgiu uma proposta do Banco Mundial sobre um projeto de desenvolvimento da pecuária no Brasil, o qual foi duramente criticado por se considerar que os principais beneficiários dos projetos seriam um pequeno número de grandes fazendeiros, o que não se enquadrava com objetivo de combate à pobreza do Banco. Nesse diapasão, McNamara defendia a necessidade de difundir os benefícios do projeto para as parcelas mais pobres da população, caso contrário afetaria a imagem do Banco na medida em que

seria considerado como uma instituição que ajudava apenas os ricos (KAPUR, et al. 1997, p. 277).

Apesar de Delfim Netto ter se mostrado cético quanto à possibilidade de realizar um projeto com alvo em pequenos produtores rurais, o Banco o fez. Em 1974, no nordeste brasileiro, foram implementados projetos de pesquisa agropecuária e nutricional, além de projetos de extensão. No entanto, a falta de uma reforma agrária somada ao subsídio do governo aos latifundiários dificultava o avanço de um projeto de desenvolvimento da região, sobretudo no que se refere aos pequenos agricultores. Quando Ernesto Geisel assume a Presidência da República e sinaliza uma abertura política, o Banco se encontrava numa situação mais favorável, de modo que criou um programa de desenvolvimento rural abrangendo desde o sul ao norte brasileiro, denominado Polonoroeste (KAPUR et al., 1997, 279-280).

Entretanto, por conta da recusa do suporte norte-americano na janela de arrecadação do Banco, a postura para com o Brasil modificou-se. Após iniciar alguns cortes no programa para o nordeste, McNamara anunciou que se não houvesse uma política de distribuição de renda por parte do governo brasileiro para a região, seriam realizados cortes ainda maiores. O que posteriormente reduziu a confiança do Banco foi o fato de que havia um receio de que o Brasil não fosse arcar com os juros dos créditos que lhe foram concedidos pelo Banco, especialmente pela dívida externa do país que aproximava de US\$ 60 bilhões. Enquanto o interesse do Banco focava nomeadamente na promoção de uma maior igualdade na distribuição de renda no país, o governo brasileiro almejava que a instituição internacional permanecesse com o foco nos setores tradicionais, como energia elétrica e transporte (KAPUR, et al., 1997, p. 280-281)

Em geral, o Banco enfocou suas ações para fomentar uma política distributiva de renda no Brasil nos anos 1972 a 1974. No ano de 1975, no entanto, esse esforço arrefeceu devido à necessidade de priorizar a questão do balanço de pagamentos e à mudança na retórica do governo brasileiro no sentido de promover políticas redistributivas, as quais não se concretizaram (KAPUR et al., 1997, p. 282). A partir de então, a concentração da propriedade da terra foi considerada como um dado ao qual os projetos deveriam se adaptar (AYRES, 1983, p. 104).

Em 1972, McNamara destacava, em seu discurso anual desta vez realizado em Nairóbi, a relevância das políticas de combate à pobreza do Banco. Além disso, alertava para o risco político de não atender as necessidades básicas de parcela considerável da população dos países em desenvolvimento:

Quando os privilegiados são poucos e os desesperadamente pobres são muitos, e quando a brecha entre ambos os grupos se aprofunda em vez de diminuir, é apenas uma questão de tempo até que seja preciso escolher entre os custos políticos de uma reforma e os riscos políticos de uma rebelião. Por este motivo, a aplicação de políticas especificamente encaminhadas para reduzir a miséria dos 40 por cento mais pobres da população dos países em desenvolvimento é aconselhável não somente como questão de princípio, mas também de prudência. A justiça social não é simplesmente uma obrigação moral, é também um imperativo político (...). Mostrar indiferença ante a frustração social equivale a fomentar seu crescimento (McNAMARA, 1972)

A importância desse discurso reside também no fato de que se estabeleceu uma ideia de “pobreza absoluta” como unidade de análise e critério operacional, portanto, para além da busca da “equidade”. Em outras palavras, deixou-se de lado a questão da desigualdade na distribuição de renda e da pobreza relativa e designaram-se, como principais objetivos, o aumento de renda e a redução da pobreza absoluta (PEREIRA, 2009, p. 132-133). Consequentemente, McNamara estabelecia a meta de satisfazer as necessidades humanas fundamentais, em termos de nutrição, moradia, saúde, alfabetização e emprego (KAPUR et al., 1997, p. 239).

Essa tese de McNamara inspirou a publicação de um livro intitulado “*Redistribución con crecimiento*”. A pesquisa fora realizada por Chenery em conjunto com *Institute for Development Studies* e seguiu a mesma linha de raciocínio da diferenciação entre pobreza absoluta e relativa. A tese partia do pressuposto de que a redução da pobreza absoluta era compatível com o crescimento da economia. Quatro estratégias foram elencadas para se alcançar esse cenário em que crescimento e equidade prosperam juntos. São elas: 1) a maximização do crescimento do PIB por meio do aumento das poupanças e de uma melhor alocação de recursos; 2) a reorientação do investimento para os grupos-alvo em “pobreza absoluta” sob a forma de educação, acesso ao crédito, obras públicas, dentre outras; 3) a redistribuição de renda ou consumo para os grupos-alvo por intermédio do sistema fiscal ou da transferência direta de bens

de consumo; por fim, 4) a redistribuição dos ativos existentes para os segmentos mais pobres, por meio de políticas como a reforma agrária (CHENERY et al., 1976, p. 76). O autor afirma ainda que a proposta central se resumia na segunda estratégia, qual seja, concentrar o investimento público no aumento da capacidade produtiva e dos rendimentos dos pobres. Isso sucedeu pois as outras estratégias, principalmente a quarta, geravam um alto custo social e político, além do enorme desafio de conseguir aplicá-las (Ibidem, p. 78).

No entanto, não se pode perder de vista que a diminuição da pobreza era um objetivo anterior ao aumento da produtividade econômica, esse sim era o primeiro objetivo formal dos projetos. McNamara argumentava que nenhum esforço de redistribuição de renda se sustentava no longo prazo sem crescimento econômico (KAPUR et al., 1997, p. 248).

Por outro lado, há vários autores críticos em relação ao Banco Mundial, como Milton Santos – renomado geógrafo brasileiro –, sobretudo no que se refere ao combate à pobreza clamado pela instituição. A respeito disso, Milton Santos afirma que:

Mas é uma pobreza produzida politicamente pelas empresas e instituições globais. Estas, de um lado, pagam para criar soluções localizadas, parciais, segmentadas, como é o caso do Banco Mundial, que, em diferentes partes do mundo, financia programas de atenção aos pobres, querendo passar a impressão de se interessar pelos desvalidos, quando, estruturalmente, é o grande produtor da pobreza. Acatam-se, funcionalmente, manifestações da pobreza, enquanto estruturalmente se cria a pobreza ao nível do mundo. E isso se dá com a colaboração passiva ou ativa dos governos nacionais (SANTOS, 2000, p. 36).

Os projetos orientados à diminuição da pobreza foram denominados de “desenvolvimento rural” pelo Banco. A tabela seguinte demonstra a proporção dos projetos de 1965 a 1982 que tinham a referida orientação de redução da pobreza – a qual objetivava financiar sobretudo pequenos agricultores – em relação àqueles que não a possuíam (agropecuária não orientada à pobreza) (PEREIRA, 2009, p. 138).

TABELA 11 – DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS PARA AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL (ANOS FISCAIS 1965-1982)

Milhões de dólares

	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	TOTAL
Desenvolvimento rural																			
Número de projetos	3	0	3	7	7	10	14	15	17	25	41	38	53	49	45	47	45	40	459
Empréstimos do Banco Mundial	31.3	0	22.6	57.2	63.6	128.6	92.8	187.4	156.2	464.3	1,012.7	771.6	1,235.1	1,722.1	1,272.1	1,742.6	2,202.0	2,173.4	13.335,6
Custo total dos projetos	124.1	0	40.2	126.4	135.8	252.5	180.5	384.6	268.9	929.7	2,342.0	1,716.1	3,198.0	3,695.3	2,951.8	4,175.3	5,204.4	6,573.6	32.299,2
Agropecuária (não orientada à pobreza)																			
Número de projetos	4	9	6	6	20	21	22	19	36	31	29	27	31	39	38	38	38	27	441
Empréstimos do Banco Mundial	130.9	154.0	116.4	117.4	234.0	281.9	260.7	230.2	898.6	491.6	844.9	856.0	1,072.8	1,547.7	1,249.7	1,715.8	1,561.0	905.0	12.668,6
Custo total dos projetos	413.2	294.8	248.7	286.0	560.5	625.8	476.3	416.5	2,126.9	1,071.9	1,955.5	2,225.6	2,942.8	4,898.0	3,940.4	4,304.2	4,673.0	2,412.4	33.872,5
Desenvolvimento rural e agropecuária																			
Número de projetos	7	9	9	13	27	31	36	34	53	56	70	65	84	88	83	85	83	67	900
Empréstimos do Banco Mundial	162.2	154.0	139.0	174.6	297.6	410.5	353.5	417.6	1,054.8	955.9	1,857.6	1,627.6	2,307.9	3,269.7	2,521.8	3,458.4	3,763.0	3,078.4	26.004,2
Custo total dos projetos	537.3	294.8	288.9	412.4	696.3	878.3	656.8	801.1	2,395.8	2,001.6	4,297.5	3,941.7	6,140.8	8,593.3	6,892.2	8,479.5	9,877.3	8,986.0	66.171,7
Desenvolvimento rural																			
Empréstimos como percentual do total para o setor agropecuário	19	0	16	33	21	31	26	45	15	49	55	47	54	53	50	50	59	71	51

FONTE: PEREIRA (2009).

Na tabela seguinte, estão os dados relativos aos mesmos projetos da tabela anterior, mas organizados por região e referentes ao período de 1965 a 1986. Dos 1162 (mil cento e sessenta e dois) projetos para agropecuária e desenvolvimento rural no referido período, a América Latina e o Caribe receberam 181 (cento e oitenta e um) projetos, de modo que participou em aproximadamente 15% dos projetos. Vale ressaltar o destaque do continente africano tendo participado de mais de 30% dos projetos (PEREIRA, 2009, p. 139).

TABELA 12 – DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS PARA AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL POR REGIÃO (ANOS FISCAIS 1965-1986)

Milhões de dólares						
Anos fiscais 1965-73						
	África	Leste da Ásia e Pacífico	Sul da Ásia	Europa, Oriente Médio e Norte da África	América Latina e Caribe	Total
Desenvolvimento rural						
Número de projetos	36	19	9	4	6	76
Empréstimos do Banco Mundial	218.1	272.5	154.5	49.8	44.8	739.7
Custo total dos projetos	345.2	533.6	369.0	112.3	153.0	1,513.1
Agropecuária (não orientada à pobreza)						
Número de projetos	30	18	27	30	38	143
Empréstimos do Banco Mundial	251.6	284.2	590.0	640.2	658.1	2,424.1
Custo total dos projetos	452.8	494.4	1,296.1	1,782.1	1,423.1	5,448.5
Desenvolvimento rural e agropecuária						
Número de projetos	68	37	36	34	44	219
Empréstimos do Banco Mundial	469.7	556.7	744.5	690.0	702.9	3,163.8
Custo total dos projetos	798	1,028.0	1,665.1	1,894.4	1,576.1	6,961.6
Desenvolvimento rural						
Empréstimos como percentual do total para o setor agropecuário	46	49	21	7	6	23
Anos fiscais 1974-86						
	África oriental	Leste da Ásia e Pacífico	Sul da Ásia	Europa, Oriente Médio e Norte da África	América Latina e Caribe	Total
Desenvolvimento rural						
Número de projetos	171	97	105	56	69	498
Empréstimos do Banco Mundial	2,976.6	4,910.2	5,450.9	2,348.4	3,392.7	19,078.8
Custo total dos projetos	6,750.1	10,401.6	17,603.9	6,662.2	8,572.9	49,990.7
Agropecuária (não orientada à pobreza)						
Número de projetos	124	64	94	95	68	445
Empréstimos do Banco Mundial	2,476.1	2,510.1	4,498.2	4,620.5	5,354.5	19,459.4
Custo total dos projetos	5,906.8	5,857.9	12,498.4	17,040.1	12,671.3	53,974.5
Desenvolvimento rural e agropecuária						
Número de projetos	295	161	199	151	137	943
Empréstimos do Banco Mundial	5,452.7	7,420.3	9,949.1	6,968.9	8,747.2	38,538.2
Custo total dos projetos	12,656.9	16,259.5	30,102.3	23,702.3	21,244.2	103,965.2
Desenvolvimento rural						
Empréstimos como percentual do total para o setor rural	54	66	55	34	39	50

FONTE: (PEREIRA, 2009)

Nesses projetos, o desenvolvimento rural foi concebido para além da produtividade agrícola, isto é, abarcava também a melhoria na alimentação, moradia, saúde e educação básica. No entanto, como publicado pelo Departamento de Avaliação de Operações em 1988, os técnicos do Banco adotaram como critério para chamar de “desenvolvimento rural” aqueles projetos em que pelo menos cinquenta por cento dos beneficiários diretos estivessem abaixo da linha de pobreza. Isso engendrou, portanto, uma deturpação, pois muitos projetos tradicionais foram simplesmente readequados para se encaixar nos requisitos formais dos de desenvolvimento rural, sem um impacto efetivo na prática (PEREIRA, 2009, p. 139-140). Afora isso, os números de projetos orientados à pobreza eram superestimados, pois aumentava-se o número de beneficiários considerados pobres (PEREIRA, 2009, p. 147).

Além disso, Lacroix (1985, p. 17-18) ressalta que os projetos seguiam uma regularidade burocrática e, conseqüentemente, não se adaptavam às realidades locais, nem permitiam a participação dos beneficiários das ações do Banco nas fases e decisões fundamentais. Faltavam a essas decisões, portanto, os elementos democrático e participativo.

A fiscalização dos projetos do Banco carecia de imparcialidade na medida em que eram realizadas pela própria instituição na maioria das vezes; havia, de fato, excepcionalmente, o controle por parte dos governos, mas esses não eram pressionados pela sociedade para que o fizessem. Por conseguinte, cabia ao próprio Banco avaliar as políticas que realizava. Mesmo que a avaliação fosse realizada por órgãos externos ao Banco ou ao Estado prestatário, ou ainda por instituições independentes, caberia questionar a sua “independência”, uma vez que há um interesse em manter uma boa relação com o Banco Mundial por partes dessas instituições, até mesmo para garantir seus contratos de consultoria (LACROIX, 1985, p. 14-15, 23-25).

Outrossim, os governos dificilmente realizavam qualquer fiscalização porquanto, para além de não haver pressão social nesse sentido, os países eram parceiros nos projetos, ou ainda porque não havia condições políticas para um monitoramento independente por parte das organizações sociais e da imprensa. Deve-se considerar também a natureza ditatorial da maioria dos regimes políticos dos clientes do Banco naquela época (PEREIRA, 2009, p. 147), como, por exemplo, foi o Brasil de 1964 a 1985.

Outro fator complicador é a questão da definição do que se encaixaria na categoria de projeto “orientado à pobreza”. Não havia uma definição clara dessa categoria, exceto no caso da agricultura, como explicado acima. O que demonstra, por conseguinte, uma dificuldade adicional na análise e fiscalização dos seus resultados (KAPUR et al., 1997, p. 310-311).

De um modo geral, o debate da redução da pobreza na década de 1970 não foi muito profícuo para o Banco Mundial em virtude de um cenário de crise econômica, especialmente nos EUA. Com duas exceções à improficuidade do debate: em 1972-1973, com o discurso de McNamara em Nairóbi, em que anunciou a estratégia de redução à pobreza; bem como em 1977-1978, com a ênfase do discurso voltada às necessidades básicas, uma redefinição do enfoque orientado à pobreza acadêmico por Chenery. Essa última foi lançada pela OIT na conferência “Emprego, crescimento e necessidades básicas” de 1976, no entanto, surgiu mais como uma estratégia evasiva contrária aos esforços do presidente norte-americano Jimmy Carter de implementar uma agenda de “respeito aos direitos humanos” nos projetos do Banco. Trata-se, portanto, de uma mera questão de nomenclatura e enfoque: enquanto o discurso do Banco se voltava às necessidades básicas para concessão de empréstimos, o discurso oficial da Casa Branca dava maior peso aos direitos humanos (PEREIRA, 2009, p. 146).

Vale destacar que os momentos excepcionais supracitados aconteceram nas vésperas dos dois choques do petróleo, o que, por conseguinte, impeliu o Banco a priorizar as questões macroeconômicas em detrimento das políticas de combate à pobreza (KAPUR et al., 1997, p. 324).

Uma constante no discurso de McNamara era a não aceitação de *trade-offs* entre crescimento econômico e redução da pobreza (ou satisfação das necessidades básicas). Ele insistia que deveria haver ambos. O debate acerca da satisfação das necessidades básicas obteve poucos resultados à época; por outro lado, estabeleceu as bases para o desenvolvimento dessa agenda na década de 1990, principalmente no que se refere à educação básica e à saúde (KAPUR et al., 1997, p. 267-268).

Consoante Kapur et al. (1997, p. 328), os estudos do Banco Mundial apontam que a quantidade de empréstimos de todos os tipos realizada pela instituição representa menos de 2% dos investimentos implementados em

países em desenvolvimento. Em relação aos projetos orientados à pobreza, esses representam um terço dos projetos do Banco, ou seja, um terço de 2%. Para culminar, como já citado anteriormente, os números dos projetos orientados à pobreza são superestimados, portanto, a atuação do Banco é ainda menos significativa que um terço de 2%. Em contrapartida, a instituição contribuiu para uma mudança de mentalidade no sentido de que a redução da pobreza poderia ser acompanhada do desenvolvimento econômico do país como um todo, o que poderia abrir espaço para atuações mais bem-sucedidas no futuro (KAPUR et al., 1997, p. 329).

Na década de 1970, o cenário político internacional foi marcado pela concertação político-diplomática entre as duas grandes potências da Guerra Fria. O período conhecido como *détente* caracterizou-se pelo relaxamento do conflito, ou até mesmo pela cooperação, o que promoveu uma abertura dos países do bloco socialista ao capital privado europeu e norte-americano, bem como normalizou progressivamente as relações diplomáticas entre EUA e China (VELASCO e CRUZ, 2007, p. 377). Esse cenário contribuiu consideravelmente para a queda dos empréstimos do Banco Mundial para fins sociais, pois a instituição focou em empréstimos de balanço de pagamentos e diálogos sobre políticas macroeconômicas haja vista a grave instabilidade econômica mundial que se vivenciou no período (KAPUR et al, 1997, 321).

Apesar do relaxamento do conflito da Guerra Fria, o cenário econômico mundial na década de 1970 foi de crise. Em 1971, o governo Nixon desvinculou o dólar do ouro, extinguindo o padrão dólar-ouro, vigente por quase três décadas. Em 1973, houve o abandono de paridades fixas, mas ajustáveis em favor de câmbios flutuantes. Em 1974, ocorreu o fim das restrições ao fluxo de capitais nos EUA. De certa maneira, essas medidas representam o fim de algumas limitações à política monetária norte-americana, tornando-se, portanto, mais livre e autônoma. De outra banda, os países centrais sofriam com a inflação, baixo crescimento econômico e desemprego, sobretudo por conta das crises do petróleo. Consequentemente, esses países respondiam com políticas protecionistas (reação comum em qualquer crise econômica), o que resultava na diminuição do comércio. Já alguns países em desenvolvimento, como Brasil, México, Coreia do Sul e Taiwan, experimentavam altas taxas de crescimento durante toda a década, as quais eram financiadas por um alto endividamento

externo. Entretanto, a maioria dos países subdesenvolvidos, por sua vez, crescia pouco (PEREIRA, 2009, p. 150).

Esse foi o cenário caótico, portanto, em que atuou o Banco, de modo que os empréstimos se estabeleceram principalmente para projetos considerados estritamente produtivos. Por conseguinte, os projetos sociais diminuíram e o discurso de redução da pobreza foi paulatinamente deixado de lado por McNamara (PEREIRA, 2009, p. 151).

No contexto de empréstimos dados ao Vietnã pelo Banco Mundial já no governo Jimmy Carter (1977-1981), o tema dos “direitos humanos” surgiu com muito mais força. A defesa dos direitos humanos era a temática sustentada abertamente por Carter na sua política externa o que afetou, inclusive, o Banco, pois determinou-se ao diretor-executivo da instituição que votasse contra qualquer empréstimo para países definidos pelos EUA como violadores de direitos humanos (GWIN, 1997, p. 225-226). Em contrapartida, enquanto isso ocorria, McNamara empenhava-se em viabilizar a entrada da China no Banco Mundial, o que ocorreu somente em 1980 (PEREIRA, 2009, p. 155).

Após duas crises do petróleo, McNamara anunciou a criação de um novo instrumento financeiro em maio de 1979 (KAPUR et al., 1997, p. 1227), o empréstimo de ajustamento estrutural. Caracterizado por ser de desembolso rápido e orientado para políticas, e não para projetos, objetivava financiar o déficit no balanço de pagamentos, nomeadamente de países importadores de petróleo. Nas palavras de Pereira:

A autorização desse tipo de empréstimo estava condicionada à realização, pelo prestatário, de um programa de estabilização acordado previamente com o FMI e de um pacote de reformas na política macroeconômica, ambos voltados para adequar a economia doméstica ao novo ambiente externo e manter o pagamento do serviço da dívida. (PEREIRA, 2009, p. 157)

Em 1980, o Banco realizou o primeiro empréstimo de ajustamento estrutural na quantia de US\$ 200 milhões para a Turquia (KAPUR et al., 1997, p. 548). No início dessa década, o Banco assumiu um papel de liderança político-intelectual ao inserir, de maneira bem-sucedida, o tema do ajustamento estrutural no topo da agenda política internacional e no centro do debate econômico (STERN; FERREIRA, 1997, p. 541).

Segundo Pereira, podem ser entendidas como políticas macroeconômicas as seguintes medidas:

Liberalizar o comércio, alinhar os preços ao mercado internacional e baixar tarifas de proteção; desvalorizar a moeda; fomentar a atração de investimento externo e a livre circulação de capitais; promover a especialização produtiva e expandir as exportações, sobretudo agrícolas (PEREIRA, 2009, p. 159).

As medidas de ajuste econômico tradicionalmente compunham as condições de recebimento de empréstimos do FMI, contudo, passaram a ser utilizadas também pelo Banco Mundial. Consoante o acordo de Bretton Woods, competia ao FMI atuar na estabilização de curto prazo do balanço de pagamentos, ao passo que competia ao Banco Mundial financiar projetos de longo prazo na área do desenvolvimento. Essa distinção era relativamente clara nas décadas de 1960 e 1970, posto que em alguns casos ela começasse a se desfazer. Enquanto os planos de estabilização do FMI se deram principalmente em países como Filipinas, Indonésia, Índia, Iugoslávia, Chile e Brasil, os projetos do Banco atingiram uma variedade muito maior de países (PAYER, 1974, p. 215-216).

A tabela que segue mostra dados acerca dos dez principais mutuários do Banco Mundial, mais especificamente do BIRD e da AID, referente ao último ano de McNamara como presidente da instituição (PEREIRA, 2009, p. 161):

TABELA 13 – DEZ PRINCIPAIS MUTUÁRIOS DO BIRD E DA AID (30 DE JUNHO DE 1981)
Percentual

Mutuários do BIRD	Empréstimos em mora	Mutuários da AID	Créditos em mora
1. Brasil	9.73	1. Índia	40.33
2. México	7.92	2. Bangladesh	7.41
3. Indonésia	6.59	3. Paquistão	5.93
4. Coréia do Sul	5.63	4. Egito	4.01
5. Turquia	5.11	5. Indonésia	3.94
6. Colômbia	5.02	6. Tanzânia	2.63
7. Filipinas	4.90	7. Sudão	2.42
8. Iugoslávia	4.65	8. Quênia	1.90
9. Tailândia	3.60	9. Burma	1.73
10. Romênia	3.24	10. Etiópia	1.72
Total	56.39	Total	72.02

FONTE: PEREIRA (2009)

Vale destacar a participação do Brasil, com cerca de 10% dos empréstimos do BIRD, seguido do México com quase 8%. As duas maiores

economias da América Latina eram os países mais endividados com o BIRD no ano de 1981. Já em relação à AID, a Índia tem claramente o maior percentual de endividamento, respondendo por mais de 40% dos empréstimos.

No início da década de 1980, McNamara termina seu mandato, enquanto, no mesmo período, Ronald Reagan assume a presidência dos Estados Unidos, iniciando um período conservador da política mundial, juntamente com Margaret Thatcher no Reino Unido e Helmut Kohl na Alemanha (PEREIRA, 2009, p. 162-163). Esses governos conservadores não concordavam com a política social do capitalismo dos anos cinquenta e sessenta e, portanto, o Banco Mundial perdeu o apoio político e ideológico de seu maior acionista, os EUA. (HOBBSAWN, 1995, p. 245). É forçoso destacar que não se trata de um mero posicionamento partidário de Ronald Reagan, pelo contrário, é uma posição sem precedentes na história dos Estados Unidos, pois todos os governos antecessores, fossem republicanos ou democratas, apoiavam o Banco Mundial como um instrumento importante da política norte-americana (GWIN, 1997, p. 228).

Os projetos de combate à pobreza que seguiam os mesmos critérios daqueles implementados por McNamara (pequenos agricultores, abastecimento de água, educação primária, saúde etc.) ainda respondiam por um quinto dos empréstimos do Banco entre 1982 e 1987. Ao passo que, durante a gestão McNamara, eles responderam por um terço dos empréstimos. Embora tenha havido uma queda, ela não se deu de forma tão expressiva (KAPUR et al., 1997, p. 332).

O uso do Banco Mundial para atender interesses norte-americanos se evidenciou com os empréstimos para países estratégicos para os EUA (como Argentina, Brasil, Egito, Filipinas, Indonésia, Marrocos, México, Paquistão, Tunísia e Turquia). Além do mais, os EUA não conseguiriam oferecer uma quantia superior a esses empréstimos pela via bilateral uma vez que estavam se recuperando das crises econômicas da década de 1970 (PEREIRA, 2009, p. 167).

A interrupção do crédito aos países latino-americanos por parte dos bancos privados estrangeiros agravou ainda mais o quadro de crise, segundo Pereira:

A decisão dos bancos perdurou durante quase uma década e bloqueou, na prática, o acesso dos devedores ao sistema financeiro internacional. Como o financiamento da atividade econômica e, cada vez mais, do próprio Estado, tornara-se altamente dependente de recursos externos, a interrupção dos fluxos de capital condenou à estagnação e à bancarrota os países da periferia. Os mais afetados eram, precisamente, os mais industrializados e endividados: Brasil e México (PEREIRA, 2009, p. 169).

É válido mencionar que, segundo dados do Banco Mundial referentes ao ano de 1980 (WORLD BANK, 2022a), o PIB dos dois países citados juntos representa cerca de 56% do PIB da América Latina e Caribe, proporção que se mantém até os dias de hoje. É evidente, portanto, o grande impacto regional que Brasil e México possuem no subcontinente latino-americano.

Ademais, com a crise nos principais países financiadores do Banco Mundial, quais sejam, os Estados Unidos e os da Europa Ocidental, os custos dos empréstimos aumentaram e foram repassados para os clientes, muitos dos quais já altamente endividados (KAPUR et al., 1997, p. 1025-1027), como Brasil e México.

Um fenômeno curioso, já destacado acima, que ocorreu na década de oitenta, mas que já dava indícios na década de setenta, foi o da aproximação das instituições de Bretton Woods. Ambas possuíam programas de ajuste estrutural, que objetivavam a estabilização macroeconômica de curto prazo, preterindo as reformas de médio e longo prazo. É bem verdade que havia características diferentes nos programas: enquanto o FMI estabelecia metas e critérios mais específicos, o Banco apresentava condicionalidades mais gerais. No entanto, pode-se afirmar que houve uma superposição das funções do Banco Mundial e do FMI no período (PEREIRA, 2009, p. 169).

Na tabela seguinte, constam informações acerca da distribuição dos empréstimos do Banco por regiões.

TABELA 14 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS EMPRÉSTIMOS DO BANCO MUNDIAL (ANOS FISCAIS 1982-1991)

Regiões	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
América Latina e Caribe	23	23.9	19.5	25.7	29.2	29.2	27.4	27.3	28.8	23.1
Dos quais BIRD	99.2	98.2	99.2	98.8	98.5	96.9	97.9	97.6	96	96.8
Dos quais AID	0.8	1.8	0.8	1.2	1.5	3.1	2.1	2.4	4	3.2
África	13.8	12.4	15.3	11.1	12.5	11.9	15.2	18.4	19	15
Dos quais BIRD	53.4	31.4	48.8	30.9	44	27	24.8	39.8	29.2	19.5
Dos quais AID	46.6	68.6	51.2	69.1	56	58	75.2	60.2	70.8	80.5
Europa, Oriente Médio e norte da África	18.3	17.5	22.1	21.6	18.1	20.9	17.5	17.6	21.3	28.9
Dos quais BIRD	97.4	97.2	92.8	90.8	92.4	93.2	93.3	93.2	93.7	92.6
Dos quais AID	2.6	2.8	7.2	9.2	7.6	6.8	6.7	6.8	6.3	7.4
Ásia	44.9	46.2	43.1	41.6	40.1	38.1	39.9	36.7	30.9	33
Dos quais BIRD	69.9	70.5	68.8	73.4	74	72.6	75	72.2	65.3	61.2
Dos quais AID	30.1	29.5	31.2	26.6	26	27.4	25	27.8	34.7	38.8

FONTE: PEREIRA (2009)

A partir da análise da tabela, percebe-se que o percentual de empréstimos referente à América se manteve relativamente constante, sobretudo em comparação à queda dos percentuais atinentes ao continente asiático, o qual, no entanto, ainda assim possuía o maior percentual de empréstimos do Banco durante toda a década de oitenta.

Além disso, quanto aos setores da economia que recebiam tais empréstimos, identifica-se uma continuidade das políticas do Banco no que se refere a privilegiar o setor da agricultura e de desenvolvimento rural, seguido do setor financeiro, bem como do setor de energia elétrica e de transporte (PEREIRA, 2009, p. 172).

Em 1984, iniciou-se um debate interno no Banco Mundial acerca de como deveriam apresentar os dados da dívida de seus prestatários. Um grupo de economistas do Banco liderados por Sidney Chernick e Basil Kavalsky elaboraram um relatório questionando a forma como a instituição apresentava os referidos dados. Até então, o Banco não considerava os juros devidos pelos países à instituição, somente eram considerados o capital emprestado e o capital reembolsado. Evidentemente, era necessário que se apresentasse os dados com os juros, pois refletiam a realidade da dívida daqueles países (TOUSSAINT, 2006, 231).

O resultado da análise dos referidos economistas pode ser mais bem compreendido com a tabela seguinte. A última linha da tabela (*transferencia neta con intereses pagados*) se refere aos empréstimos com juros, enquanto a penúltima linha (*transferencia neta sin intereses pagados*) trata do mesmo dado

sem os juros. Essa última forma era utilizada pelo Banco Mundial até então. Percebe-se, portanto, que se os dados fossem analisados pela perspectiva do Banco Mundial, a transferência seria sempre positiva, quando na verdade se sabe que a partir de 1983 se iniciou um processo de queda da transferência líquida até que o saldo se tornou negativo em 1987 (TOUSSAINT, 2006, 231). Foi o que Payer (1974) denominou de “armadilha da dívida”, o que começou a ocorrer de maneira contínua, em especial para a América Latina.

TABELA 15 – DÍVIDA DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO COM O BANCO MUNDIAL (1981-1989)

Todos los PED	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
	en millones de dólares								
Total de la deuda externa	24.356	28.570	33.706	33.426	46.612	63.411	83.372	79.871	80.981
Transferencia neta sin intereses pagados	3.972	4.229	5.144	5.556	5.100	5.667	5.027	3.743	3.329
Transferencia neta con intereses pagados	2.239	2.217	2.728	2.700	1.838	887	-767	-2.801	-2.738

FONTE: TOUSSAINT (2006)

A tabela seguinte revela os dados da dívida especificamente em relação ao subcontinente latino-americano e caribenho.

TABELA 16 – DÍVIDA DOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA E CARIBE COM O BANCO MUNDIAL (1979-1987)

Latinoamérica y el Caribe	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
	en millones de dólares								
Total de la deuda externa	197.472	242.835	295.301	333.142	361.668	376.004	387.807	406.001	442.010
Transferencia neta sin intereses pagados	35.901	45.710	54.261	37.893	-317	6.211	4.537	2.276	8.505
Transferencia neta con intereses pagados	23.221	21.359	21.413	299	-34.971	-29.040	-30.204	-27.774	-19.814

FONTE: TOUSSAINT (2006)

Caso não se atente à apresentação errônea do Banco Mundial (ao não considerar os juros), houve, aparentemente, um problema de transferência negativa apenas no ano de 1983, quando, na verdade, desse ano em diante o saldo foi excessivamente negativo (TOUSSAINT, 2006, p. 232). Além disso, vale

destacar que as transferências entre 1982 e 1985 representaram cerca de 5,3% do PIB do subcontinente latino-americano (IBIDEM, p. 233).

Ademais, era de suma importância para o Banco camuflar os dados dos juros, pois são precisamente os países em desenvolvimento – Argentina, Brasil, México, Venezuela, Iugoslávia – que financiavam a instituição com o pagamento dos juros das dívidas, o que permitia que o Banco realizasse empréstimos aos países pobres sem ter prejuízo. Isso se dava porque, além de os países em desenvolvimento serem os mais afetados pela crise da dívida, eram também os principais clientes do Banco (IBIDEM, p. 234).

Em 1985, o secretário do Tesouro dos EUA, James Baker, elaborou um plano que ficou conhecido como plano Baker, o qual previa o financiamento de projetos de desenvolvimento por parte de bancos privados, ao passo que os débitos seriam convertidos em ações de empresas dos países devedores. Esse plano deveria operar conjuntamente com os empréstimos de ajustamento estrutural do Banco Mundial, os quais, por sua vez, serviriam como respostas à crise da dívida e avanços na liberalização econômica. No entanto, o plano Baker fracassou devido ao financiamento inadequado por parte dos bancos privados, que falharam em conceder empréstimos novos (GWIN, 1997, p. 233-234).

O fracasso do plano Baker aliado aos efeitos recessivos dos planos de estabilização postos em prática em alguns países, como Brasil e Argentina, evidenciaram que não se tratava de uma crise de liquidez passageira. Dessa forma, aumentou a preocupação com a sustentabilidade política do ajuste. O discurso oficial do Banco mudou nos anos oitenta, se antes a lógica dos ajustes era de que beneficiavam os pobres, neste momento admitia-se a ocorrência de certos “custos sociais” em favor da redução da crise da dívida (PEREIRA, 2009, p. 181).

A pressão sobre o Banco acerca de uma resposta em relação às temáticas sociais continuou a crescer. Em setembro de 1987, por exemplo, ONGs internacionais apresentaram uma carta à instituição, a qual possuía a assinatura de diversos parlamentares norte-americanos. Nesse documento, constava uma exigência ao compromisso do Banco Mundial com os programas de redução de pobreza e um maior foco na questão humana no que se refere aos programas de ajustamento estrutural (KAPUR et al., 1997, p. 367-368).

Em comparação com a década de 1970, a atuação do Banco, na década de 1980, em relação à redução da pobreza respondeu muito mais a pressões externas, como a supracitada. Além disso, o Banco começava a sentir o peso da influência do escrutínio público, isto é, cada vez mais a opinião pública buscava ver o resultado dos avanços sociais. Nesse sentido, as medidas mais visíveis e diretas de redução à pobreza tornavam-se mais atrativas. O Banco buscou também avanços em outras temáticas sociais, sobretudo o meio ambiente e os direitos da mulher (KAPUR et al., 1997, p. 369).

Na temática do meio ambiente, destaca-se o projeto realizado no Brasil, já citado anteriormente, com a participação do Banco Mundial, chamado Polonoroeste. O projeto consistia na pavimentação de mil e quinhentos quilômetros de rodovia desde o sul até ao norte do país, passando pelos estados de Mato Grosso e Rondônia. Além disso, objetivava construir estradas secundárias na rodovia, reabilitar assentamentos agrícolas pré-existentes, estabelecer novos assentamentos, prestar assistência à saúde da população local e criar reservas ecológicas e indígenas. Entre 1981 e 1983, o Banco aprovou cinco empréstimos em suporte ao projeto, o qual abrangia uma área equivalente à do Equador. Outrossim, ressalta-se que o Banco era a única fonte não brasileira de financiamento. Esse projeto foi fortemente criticado por ONGs internacionais em razão do descumprimento de critérios ambientais (WADE, 1997, p. 637).

O projeto Polonoroeste representou para o Banco, por um lado, a oportunidade de realizar um trabalho na área ambiental, além de servir como um modelo de atuação na floresta amazônica. Por outro lado, esse mesmo projeto se tornou alvo de diversos ataques de ONGs internacionais, o que, ao fim e ao cabo, atrelou uma imagem negativa ao Banco (WADE, 1997, p. 637-638).

A Conferência de Estocolmo de 1972 inaugurou o debate ambiental no plano internacional entre os Estados, organizada pela ONU. A partir de então a importância da temática continuou crescendo e resultou na Conferência do Rio de 1992 e na Cúpula de Joanesburgo de 2002 (LAGO, 2006, p. 17-19). Nesses eventos, debateu-se sobre a necessidade de proteger o meio ambiente e atrelar o crescimento econômico à sua proteção, cunhando o termo desenvolvimento sustentável. Essa lógica passa, portanto, a influenciar todo o debate

internacional e, conseqüentemente, o Banco Mundial e seus projetos (LAGO, 2006, p. 56).

2.2 A ERA DE OURO: DECADA DE 90

No final de 1989, foi realizado um evento na capital norte-americana, no qual se discutiu a conduta econômica neoliberal dos EUA e o cenário macroeconômico dos países subdesenvolvidos, sobretudo os da América Latina. Esse evento ficou conhecido como o Consenso de Washington, cujo receituário de medidas foi publicado em 1990 pelo economista norte-americano John Williamson (WILLIAMSON, 1992). Dentre as medidas, destacam-se a disciplina fiscal, liberalização do comércio, privatização, desregulamentação e outras (WILLIAMSON, 1992, p. 44-45).

Por um lado, Pereira (2009, p. 191-192) e Toussaint (2006, p. 241) entendiam que essas medidas refletiam uma imposição da visão norte-americana sobre a forma como deveriam ser conduzidas as políticas econômicas nos países latino-americanos, com evidente viés neoliberal, as quais seriam implementadas em parte pelo próprio Banco Mundial. Por outro lado, John Williamson, um dos elaboradores das medidas, entende que não houve uma imposição da visão norte-americana aos latino-americanos:

O uso do termo “consenso de Washigton” para descrever a pauta de reformas políticas que hoje constitui a sabedoria convencional aparentemente teve o efeito negativo de sugerir para alguns que entendi que Washington descobriu o caminho para os países latino-americanos, legando-lhes o papel de meros seguidores. Não foi essa a minha intenção. De fato, considero tanto Washington quanto a América Latina como partes de uma tendência intelectual mundial, para a qual ambos contribuíram (WILLIAMSON, 1992, p. 49).

Aliado a esse cenário internacional de neoliberalismo, o Brasil, assim como vários países da América Latina, iniciou um processo de abertura política ao capital externo, nas palavras de Francisco Doratioto e Carlos Eduardo Vidigal ao descrever o período que denominaram de “abertura sem projeto”:

Na América Latina de modo geral, a década de 1990 foi caracterizada por uma onda de liberalização econômica, que, no caso do México, por exemplo, assim como em outros países, havia começado antes. No Brasil, o governo José Sarney, após alguns planos econômicos com potencial de sucesso, mas com prática desastrosa, adotou em seu último ano o Plano Verão, que incluía as primeiras medidas nitidamente liberalizantes.

Nesse ambiente neoliberal, que vigorava tanto interna quanto externamente, atuou o Banco Mundial no período pós-Guerra Fria. Três linhas mestras direcionaram a atuação do Banco nesse período: 1) consolidação e difusão de um modelo de alívio compensatório da pobreza; 2) mudança do papel do Estado na economia; e 3) redefinição na forma pela qual as reformas estruturais deveriam ser governadas (PEREIRA, 2009, p. 193).

A primeira reflete a antiga ideia já implementada pelo Banco Mundial de redução da pobreza absoluta, sem se preocupar tanto com a desigualdade social, prevista no Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (RDM) 1990 (o relatório servia para sumarizar as várias áreas relacionadas a políticas de desenvolvimento e estabelecer um roteiro autorizado de discussão). A premissa básica era a separação entre política “social” e política “econômica”. O RDM previa um conjunto de políticas direcionadas à liberalização das economias nacionais e à intensificação da exploração da força de trabalho (PEREIRA, 2009, p. 193-194, 330).

A segunda consiste na remodelagem do papel do Estado na economia a fim de acelerar a desregulação financeira e o ajustamento estrutural. De acordo com o Banco, o papel do Estado se resumia a apoiar, fortalecer e complementar o mercado em regime de livre concorrência. Nesse sentido, a atuação do Estado deveria estar a serviço dos mercados (PEREIRA, 2009, p. 195-196).

A terceira expressa precisamente um elemento de ligação entre a redução da pobreza e a remodelagem do papel do Estado. Esse direcionamento faz referência à governança, ou “boa” governança, compreendida como o estabelecimento de instituições públicas eficazes e de um novo balanço entre governo e governados, ou seja, os governantes nacionais deveriam estar alinhados às organizações sociais e instituições internacionais (PEREIRA, 2009, p. 197-198). As quatro áreas estratégicas da governança eram: administração pública, responsabilização (*accountability*), estrutura legal e transparência e informação (PEREIRA, 2009, p. 201).

A política de redução da pobreza é particularmente importante para o subcontinente latino-americano. Como explica o professor José Flávio Sombra Saraiva:

Dominada pela crise e estagnação durante a maior parte dos anos 1980, a América Latina começou lentamente a recuperar-se de seus principais problemas econômicos (dívida e inflação) na transição democrática de meados da década. Mas, ainda no final do século, a região não conseguiu desfazer-se de suas mais perversas mazelas sociais, consubstanciadas, em grande número de países, nas altas taxas de desigualdade na distribuição de renda, nos baixos níveis de educação formal e na carência generalizada dos valores de cidadania (SARAIVA, 2008, p. 310).

O professor acrescenta, ainda, que “esses fatores econômicos e sociais, como sua própria excentricidade em relação aos principais cenários de disputa estratégica, explicam a perda da importância internacional da América Latina” (SARAIVA, 2008, p. 310).

A participação de ONGs na gestão de projetos financiados pelo Banco cresceu na década de noventa. Se, ao longo dos anos oitenta, as ONGs não eram bem-vistas pelo Banco, esse cenário mudou nos anos noventa, pois passou a incorporá-las aos projetos como parceiras legítimas. Houve inclusive uma aproximação entre as ONGs e as organizações internacionais empresariais e multilaterais sob o ponto de vista da lógica de funcionamento, com uma maior institucionalização e profissionalização daquelas (PEREIRA, 2009, p. 203-205).

As tabelas seguintes demonstram a distribuição geográfica dos empréstimos do Banco, mais especificamente do BIRD e AID, culminando no que Sanahuja (2001, p. 151) denominou de “marcha para o leste”.

TABELA 17 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS EMPRÉSTIMOS DO BIRD (ANOS FISCAIS 1983-1995)

Regiões	1983-87	1986-90	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
América Latina e Caribe	31.9	35.6	34.9	34.7	37.7	30.9	34.7	34.5	31.1	33.9
África	6.4	7.1	4.9	9.5	7.6	4	4.9	0.3	0.9	0.5
Oriente Médio e Norte da África	9.1	8.4	7.6	8.7	8.7	10.9	8.7	10.4	7.4	5.5
Europa e Ásia Central	12.2	11.1	11.7	8.2	14.4	23.6	13.9	22.1	24.8	23.5
Sul da Ásia	16.1	16.1	17.2	17.6	11.4	9.4	8.9	6.8	3.3	9.4
Leste da Ásia e Pacífico	24.2	21.6	23.7	21.4	20.2	21.2	28.9	26	32.5	27.3

FONTE: PEREIRA (2009)

TABELA 18 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS CRÉDITOS DA AID (ANOS FISCAIS 1983-1995)

Regiões	1983-87	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
América Latina e Caribe	2.2	2.5	2.8	4.3	2.7	6.2	4.7	4.7	6.1
África	35.8	49.4	47.9	50.5	43.4	49.4	41	40.7	38.9
Oriente Médio e Norte da África	1.7	0.8	1.1	1.2	3.7	2.4	1.8	1.5	0.9
Europa e Ásia Central	0	0	0	0	0	0.6	1.5	2.9	9.6
Sul da Ásia	46.4	34.5	36.2	32.1	32.8	25.2	33.6	28.8	25.1
Leste da Ásia e Pacífico	14	16.1	11.9	11.9	17.4	16.2	17.3	21.4	19.4

FONTE: PEREIRA (2009)

A referida marcha consiste no aumento progressivo dos empréstimos para Europa e Ásia Central, sobretudo a partir dos anos noventa. Com o fim da União Soviética e a queda do Muro de Berlim, abriu-se um espaço para a atuação do Banco Mundial nos países dessas regiões (SANAHUJA, 2001, p. 151). Além disso, pode-se observar que o percentual relativo à América Latina permaneceu praticamente o mesmo em relação aos empréstimos do BIRD, enquanto relativamente aos créditos da AID houve um leve crescimento.

A Conferência do Rio de 1992 marcou a década de noventa, considerada como o maior evento organizado pelas Nações Unidas até aquele momento. Reuniu delegações de 172 países e trouxe ao Rio de Janeiro mais de cem Chefes de Estado ou de Governo. O evento foi convocado para elaborar estratégias e medidas para frear os efeitos dos impactos ambientais e promover o desenvolvimento sustentável (LAGO, 2006, p. 52). Nesse cenário, o Banco também se viu impelido a demarcar uma posição firme em relação ao meio ambiente. Era uma oportunidade inclusive para reverter o desgaste de sua imagem. O Banco buscou, portanto, aliar o desenvolvimento sustentável aos requerimentos políticos e econômicos do programa neoliberal (PEREIRA, 2009, p. 213-214).

Ocorre que diversos projetos do Banco foram alvo de críticas ambientalistas, as quais demonstravam que a elaboração e execução deles desrespeitavam as regras mínimas delimitadas pelo próprio Banco. No entanto, Lewis Preston, presidente do Banco Mundial de 1991 a 1995, realizou algumas mudanças administrativas para adequar a instituição às demandas ambientalistas e conseguir atuar em ambas as frentes: desenvolvimento sustentável e projetos social e ambientalmente questionáveis (PEREIRA, 2009, p. 216-217).

O resultado dessas mudanças administrativas foi o aumento considerável de projetos ambientais do Banco. Conforme Wade (1997, p. 612), o Banco havia investido o montante de US\$ 15 milhões em 1985, o qual cresceu até US\$ 180 milhões em 1990. Em dez anos, o Banco havia multiplicado em mais de sessenta vezes a quantidade de empréstimos para essa finalidade, culminando no total de US\$ 990 milhões em 1995, o que representavam cerca de 10% da totalidade dos empréstimos aos projetos em andamento.

Quando do marco de cinquenta anos do surgimento das gêmeas de Bretton Woods, o Banco sofria críticas de todos os lados. Por um lado, os grupos capitalistas neoliberais, sobretudo norte-americanos, o criticavam por ter financiado o crescimento do setor público, contribuindo, dessa forma, para a redução da livre-concorrência e prejudicando as reformas liberalizantes. Por outro lado, ONGs ambientalistas e voltadas à redução da pobreza também endereçavam a sua crítica por meio da frase “50 anos bastam” (*50 years enough*) (PEREIRA, 2009, p. 229-230).

Somado a isso, a corrupção era um problema frequente para o Banco e, durante alguns anos, foi um assunto difícil de abordar. Em setembro de 1996, James Wolfensohn (presidente do Banco Mundial de 1995 a 2005) afirmou, diante da assembleia geral do Banco Mundial e do FMI, que estava disposto a romper esse tabu e anunciou o compromisso de lutar contra a corrupção (SANAHUJA, 2001, p. 255).

Em particular, o México experienciou um momento de tensionamento político e crise financeira na década de noventa. O primeiro se refere à insurreição zapatista de 1994, enquanto o segundo remete ao colapso da moeda nacional em dezembro do mesmo ano (PEREIRA, 2009, p. 230). Segundo Pereira:

A crise mexicana condensou as contradições do programa neoliberal implementado na América Latina, ao combinar alta volatilidade da economia, recessão, desemprego, pauperização, queda acelerada da popularidade do governo, aumento das tensões sociais e da contestação política organizada (PEREIRA, 2009, p. 231).

Em meio a esse cenário de crise, a gestão de James Wolfensohn conseguiu criar um processo de colaboração crescente com as ONGs, de acordo com a tabela seguinte.

TABELA 19 – PROJETOS DO BANCO MUNDIAL EM COLABORAÇÃO COM ONGs POR REGIÕES (1987-1999)

Regiões e setores	1987-95		1996		1997		1998		1999	
	número	%	número	%	número	%	número	%	número	%
Regiões										
África	680	34	53	55	49	61	59	54	62	61
América Latina e Caribe	443	24	54	48	52	60	68	51	56	59
Ásia meridional	239	33	21	76	19	84	25	73	23	76
Ásia oriental e Pacífico	378	20	46	44	37	32	45	51	54	43
Europa e Ásia central	225	16	61	38	67	24	69	37	79	34
Oriente Médio e norte da África	180	12	21	38	17	41	20	52	25	64
TOTAL	2.145	25	256	48	241	47	286	50	299	52

FONTE: PEREIRA (2009)

Percebe-se que houve crescimento tanto em relação à quantidade de projetos, quanto no que tange à porcentagem que os projetos em colaboração com ONGs representam no todo.

2.3 ATUAÇÃO DO BANCO MUNDIAL DE 11/09 A 2019

É indispensável, antes de iniciar o presente capítulo, comentar acerca do porquê a data de 11 de setembro divide este capítulo do anterior. Alguns analistas internacionais, como o ex-ministro das Relações Exteriores Celso Lafer, interpretam os eventos desse dia como ponto de inflexão profunda na ordem ou no sistema internacional; de outra banda, outros analistas, como o embaixador Rubens Barbosa, o enxergam somente como uma modificação significativa na agenda internacional (CUNHA, 2009, p. 21-22). Evidentemente, trata-se de um evento inédito. Uma série de acontecimentos sem precedentes se deu no território dos Estados Unidos de modo que provocaram consequências igualmente sem precedentes. É forçoso reconhecer que a análise do sistema internacional se divide em dois momentos: o momento anterior ao 11 de setembro e momento que lhe sucede. Nas palavras do diplomata Ciro Leal da Cunha:

Num plano simbólico, os atentados a Nova York e Washington representam o fim dos “felizes anos 90” iniciados com a queda do Muro de Berlim, da era Clinton e da ideia de “fim da história”. Simboliza, em verdade, a era de “muros”, reais ou virtuais, como aqueles entre Israel e Gaza, ao redor da União Europeia (UE) e na fronteira entre EUA e México (CUNHA, 2009, p. 21)

Com a queda do muro de Berlim e o desmantelamento da União Soviética no início da década de noventa, a Guerra Fria chegava a seu fim. Os Estados Unidos, portanto, saíam como a potência vencedora e alçavam-se ao patamar de potência hegemônica do globo, dotada de preeminência militar, econômica e cultural, bem como capaz de exercer influência sobre quase todos os países, tanto por força de seu prestígio quanto em virtude de seu elevado potencial de coerção e intimidação (CUNHA, 2009, p. 23-24).

A partir de 11 de setembro, inicia-se o período denominado de “guerra ao terror”, em que os EUA exercem sua influência para implementar uma política antiterrorista, tanto contra indivíduos que eles consideram terroristas quanto contra Estados que eles consideram apoiadores do terrorismo (CUNHA, 2009, p. 95-96).

Durante a gestão Wolfensohn (1995-2005), o Banco realizou mudanças no seu programa neoliberal a fim de ampliar, aprofundar e dar sustentabilidade política à sua implementação. Embora houvesse avanços, sobretudo no que se refere à efetivação de medidas neoliberais no subcontinente latino-americano, ainda havia muito o que ser feito nesse sentido. Em linhas gerais, tais medidas neoliberais focaram no controle inflacionário e na retomada do crescimento econômico (PEREIRA, 2009, p. 260-262).

A política externa dos EUA implementada no governo Bush tinha como uma de suas prioridades, assumida também pelo Banco Mundial, a atuação nos denominados “Estados frágeis” ou “Estados falidos”. Esses Estados são caracterizados pela alta instabilidade política, conflitos internos ou transfronteiriços graves e paralisação ou colapso da autoridade pública. Alguns exemplos desses países seriam Angola, Burundi, Camboja, Comores, Haiti, Libéria, República Centro-Africana, Sudão, Tadjiquistão, Togo e Zimbábue (PEREIRA, 2009, p. 309-310).

O número de compromissos financeiros do Banco Mundial cresceu ao comparar a década de noventa com a dos anos dois mil. Contudo, ao analisar o desempenho do BIRD e da AID, percebe-se que o BIRD diminuiu o número de compromissos, inclusive o número de países; ao passo que a AID praticamente dobrou o número de compromissos e aumentou consideravelmente o número de países prestatários. Dessa forma, a AID passou a responder por uma fatia muito

maior do financiamento total do Banco Mundial nos anos dois mil (PEREIRA, 2009, p. 312-313).

A América Latina e o Caribe se destacam aparecendo mais vezes como a região que mais recebeu empréstimos do Banco de 1992 a 2008. Quando essa região não era a que mais recebia, alternava posições com o Leste da Ásia e Pacífico Sul da Ásia e Europa e Ásia Central. A participação da África, no entanto, manteve-se por volta de 15% na década de dois mil, enquanto o Oriente Médio e norte da África possuía participação pouco relevante no mesmo período. Além disso, salienta-se que o BIRD foca quase que exclusivamente seus empréstimos nas regiões da América Latina e Caribe e da Europa e Ásia Central, enquanto a AID enfoca na África (PEREIRA, 2009, p. 314-316).

A título de exemplificar a diferença de participação da AID e do BIRD, no ano fiscal de 2010, o Banco realizou empréstimos em torno de US\$ 13.9 bilhões para a América Latina, dos quais US\$ 13.7 bilhões advieram do BIRD e US\$ 0.2 bilhões da AID. Ao passo que os empréstimos para a África em relação ao mesmo período somavam US\$ 11.4 bilhões, dos quais US\$ 7.2 bilhões provinham da AID (WORLD BANK, 2010).

O presidente Bush nomeou Paul Wolfowitz para suceder a Wolfensohn na presidência do Banco Mundial nos anos de 2005 a 2007. Essa nomeação representou uma guinada conservadora na política do Banco e que se refletiu em diversas organizações internacionais em virtude da influência do presidente Bush. Houve inclusive pressão da oposição liberal norte-americana e de países europeus pela renúncia de Wolfowitz. Algumas poucas vezes tentaram ainda defender que a escolha do novo presidente do Banco Mundial deveria vir dos países em desenvolvimento. Por fim, a mudança veio, mas a nomeação se deu em uma negociação fechada entre os grandes acionistas do Banco. Robert Zoellick foi então nomeado para estar à frente da instituição nos anos de 2007 a 2012. Ele era considerado pela imprensa como uma espécie de “anti-Wolfowitz” (PEREIRA, 2009, p. 337-340).

A gestão Zoellick foi marcada por um fortalecimento do papel da AID em comparação ao BIRD, caracterizando a chamada “AIDzação” do Banco Mundial. Além disso, a política de atuação focada nos “Estados frágeis” foi fortalecida, bem como houve um estreitamento de relações com a China (PEREIRA, 2009, p. 341-342).

No exercício financeiro de 2019, o Banco Mundial aprovou US\$ 6,1 bilhões em empréstimos à região latino-americana para 37 operações (das quais uma foi uma operação mista do BIRD e da AID), com US\$ 5,7 bilhões em empréstimos do BIRD e US\$ 430 milhões em compromissos da AID. A estratégia para a região está centrada em três pilares. O primeiro se concentra no crescimento inclusivo, promovendo um aumento da produtividade, competitividade, transparência e prestação de contas; na inclusão de grupos tradicionalmente excluídos, como os povos indígenas, os afrodescendentes e as comunidades rurais; e na atração de investimentos privados. O segundo destaca o investimento em capital humano para preparar as pessoas para os desafios e oportunidades que acompanham a digitalização e a evolução da natureza do trabalho. O terceiro busca aumentar a resiliência para que os países possam não apenas administrar melhor os choques, como desastres naturais, convulsões econômicas, migração, crime e violência, mas também resistir a eles (WORLD BANK, 2019, p. 30).

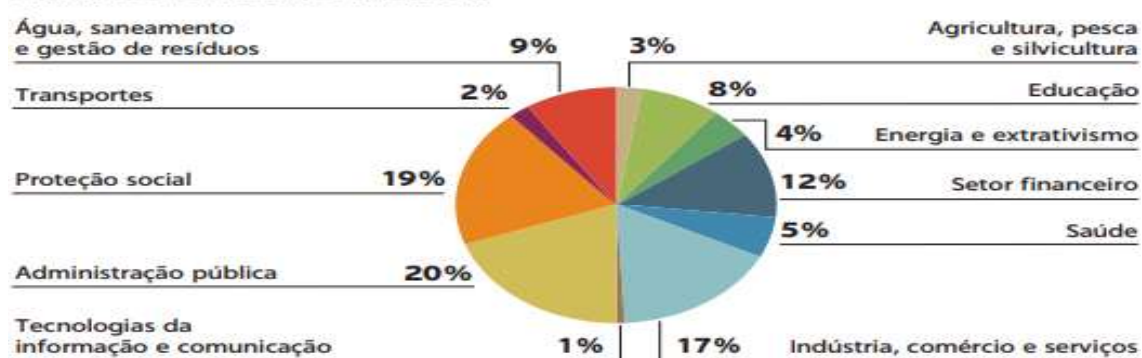
O Banco Mundial aprovou US\$ 15,0 bilhões em empréstimos à região para 152 operações no exercício financeiro de 2019 (das quais duas foram operações mistas do BIRD e da AID), com US\$ 820 milhões em empréstimos do BIRD e US\$ 14,2 bilhões em compromissos da AID. A estratégia regional da instituição articula cinco áreas de foco centrais para fortalecer o desenvolvimento: impulsionar o capital humano e empoderar as mulheres; expandir a economia digital; promover a integração regional; abordar as fragilidades e aumentar a resiliência à mudança do clima; e mobilizar financiamento para o desenvolvimento (WORLD BANK, 2019, p. 18).

O gráfico seguinte apresenta as áreas em que os empréstimos foram alocados.

GRÁFICO 1 – AMÉRICA LATINA E CARIBE

EMPRÉSTIMOS DO BIRD E DA AID POR SETOR • EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019

PARCELA DO TOTAL DE: US\$ 6,1 BILHÕES



FONTE: WORLD BANK (2019)

Os setores em que o Banco mais investiu foram o de proteção social, administração pública, indústria, comércio e serviços. Por outro lado, o setor de agricultura, pesca e silvicultura recebeu parte reduzida dos empréstimos.

A tabela seguinte mostra os dados dos compromissos do Banco Mundial discriminado por regiões em relação aos anos fiscais de 2015 a 2019.

TABELA 19 – COMPROMISSOS DO BIRD POR REGIÃO, EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2015 A 2019

MILLIONS OF DOLLARS

REGION	FY15	FY16	FY17	FY18	FY19
Africa	1,209	669	1,163	1,120	820
East Asia and Pacific	4,539	5,176	4,404	3,981	4,030
Europe and Central Asia	6,679	7,039	4,569	3,550	3,749
Latin America and the Caribbean	5,709	8,035	5,373	3,898	5,709
Middle East and North Africa	3,294	5,170	4,869	5,945	4,872
South Asia	2,098	3,640	2,233	4,508	4,011
Total	23,528	29,729	22,611	23,002	23,191

FONTE: WORLD BANK (2019)

Percebe-se que o BIRD tem a América Latina e Caribe como um de seus principais focos regionais, sendo o país que mais recebeu no ano fiscal de 2019. A África, de outra banda, é o continente que menos recebeu empréstimos dessa instituição desde o ano 2015 até 2019. Quando se compara com a AID, os focos invertem.

TABELA 20 – COMPROMISSOS DA AID POR REGIÃO, EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2015 A 2019
MILLIONS OF DOLLARS

REGION	FY15	FY16	FY17	FY18	FY19
Africa	10,360	8,677	10,679	15,411	14,187
East Asia and Pacific	1,803	2,324	2,703	631	1,272
Europe and Central Asia	527	233	739	957	583
Latin America and the Caribbean	315	183	503	428	430
Middle East and North Africa	198	31	1,011	430	611
South Asia	5,762	4,723	3,828	6,153	4,849
Total	18,966	16,171	19,463^a	24,010^b	21,932^c

FONTE: WORLD BANK (2019)

Nota-se que a África possui grande vantagem em relação às outras regiões e a América Latina e Caribe possuem a menor quantidade de compromissos.

2.4 BANCO MUNDIAL NA AMÉRICA DO SUL ATUALMENTE

O mundo experienciou recentemente um evento sem precedentes que impactou todos os países, trata-se da pandemia do coronavírus, iniciada em 2020. Combatê-la foi uma das principais atividades do Banco Mundial nos últimos anos (WORLD BANK, 2020, p. 9). A pobreza atingiu seu ponto mais alto em décadas. O subcontinente sul-americano aumentou seu nível de pobreza, à exceção do Brasil, que implementou medidas generosas de mitigação. Alguns dos efeitos de longo prazo da pandemia são a perda de até um ano e meio de educação das crianças em idade escolar, o que deve resultar numa perda de 12% nos ganhos ao longo da vida. Os níveis de emprego recuperaram-se apenas em parte, bem como o crescimento econômico continua a enfrentar sérios desafios (WORLD BANK, 2022, p. 34).

Em relação às políticas direcionadas à América do Sul no exercício financeiro de 2022, o Banco assinou um contrato de Serviços de Consultoria Reembolsáveis com o Chile no valor de US\$ 200 mil. Além disso, na Bolívia, um projeto de US\$ 254 milhões tem apoiado a resposta à Covid-19 desde o início da pandemia. Na Colômbia, a instituição apoiou os esforços do governo para integrar os migrantes venezuelanos, o que abarca a garantia de acesso à

educação para milhares de crianças migrantes. Ainda no país colombiano, o Banco apoia dois programas (que totalizam mais de US\$ 1,4 bilhão) para enfrentar os desafios de migração do país, promover a sustentabilidade fiscal e melhorar a competitividade do mercado em prol de um crescimento mais inclusivo (WORLD BANK, 2022, p. 34)

No Brasil, um projeto de US\$ 300 milhões está ampliando e modernizando a malha rodoviária e proporcionando acesso, em todas as estações do ano, para 400 mil pessoas no estado do Tocantins. Ademais, o Banco está apoiando o desenvolvimento de pequenas empresas nos setores de agricultura e turismo, fortalecendo serviços educacionais e aprimorando a gestão ambiental. Na Argentina, está promovendo o uso sustentável da natureza em quase 200 mil hectares de floresta nativa, o que reduz a pressão sobre os ecossistemas ao gerar alternativas econômicas para as comunidades rurais (WORLD BANK, 2022, p. 35).

O Banco também aconselhou os países sobre como promover mais inclusão e igualdade de gênero. No Chile, o Banco auxiliou a lançar uma plataforma integrada de gestão de casos para fortalecer a governança de instituições que ajudam sobreviventes de violência de gênero, permitindo respostas oportunas e monitoramento de casos para evitar atrasos e reincidência de violência (WORLD BANK, 2022, p. 36).

No Uruguai, houve avanços no sentido de promover a agricultura inteligente e a gestão de recursos naturais. Esses esforços já ajudaram mais de 5 mil agricultores, e as práticas sustentáveis de gestão da paisagem estão sendo aplicadas em mais de 2,7 milhões de hectares de terra. Isso ajuda a evitar a degradação do solo e a poluição da água, ao mesmo tempo que mitiga o impacto dos eventos climáticos. No Equador, um projeto de US\$ 200 milhões está contribuindo para aumentar a equidade, a integração e a sustentabilidade dos programas da rede de segurança social para reforçar a resiliência a choques macroeconômicos, de modo a ampliar a capacidade de gestão de riscos do país. Durante a pandemia, o projeto beneficiou cerca de 2,5 milhões de pessoas, das quais metade são mulheres (WORLD BANK, 2022, p. 37).

A tabela seguinte mostra os dados mais recentes do Banco Mundial sobre a evolução dos compromissos e desembolsos para a região, estes chegaram a quase US\$ 9 bilhões no ano de 2022.

TABELA 21 – AMÉRICA LATINA E CARIBE – COMPROMISSOS E DESEMBOLSOS REGIONAIS NOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2020 A 2022

	COMMITMENTS (\$ MILLIONS)			DISBURSEMENTS (\$ MILLIONS)		
	FY20	FY21	FY22	FY20	FY21	FY22
IBRD	6,798	9,464	9,407	5,799	8,741	8,911
IDA	978	769	1,030	466	495	510

Portfolio of operations under implementation as of June 30, 2022: \$33.8 billion.

FONTE: WORLD BANK (2022)

Pode-se perceber que a América Latina e, conseqüentemente, a América do Sul é uma região de grande foco do Banco Mundial, onde se encontra grande parte dos empréstimos e projetos da instituição.

3. CONCLUSÃO - O QUE SE PODE ESPERAR DA ATUAÇÃO DO BANCO MUNDIAL NA PROMOÇÃO DOS OBJETIVOS DA AGENDA 2030 PÓS-PANDEMIA

Segundo o Banco Mundial (2022), os seus objetivos são acabar com a pobreza extrema e promover a prosperidade compartilhada. Esses objetivos orientam a sua atuação em mais de 140 países clientes. Pobreza extrema é classificada pelo Banco como aquelas pessoas que sobrevivem com menos de US\$ 1,90 por indivíduo por dia. Nos últimos 25 anos, a pobreza extrema vinha caindo constantemente, contudo, esse fluxo foi interrompido pela pandemia do coronavírus, a qual ocasionou o aumento do nível de pobreza. Em vista disso, o Banco estabelece como meta, até 2030, a redução da taxa de pobreza extrema a 3% da população mundial, que hoje se encontra em torno de 9%, ou seja, aproximadamente 700 milhões de pessoas vivem nessas condições (AGUILAR, 2022, p. 2).

Não há um entendimento pacífico em relação à efetividade das medidas impostas pelo Banco Mundial. Enquanto alguns autores defendem que elas representam um instrumento neocolonialista dos países desenvolvidos para subjugar os países subdesenvolvidos; outros entendem que, de fato, tais medidas são economicamente válidas para corrigir os problemas econômicos pelos quais os países em crise perpassam (WAHI, 2006, p. 344).

As críticas feitas se embasam no argumento de que as medidas impostas pelo Banco Mundial não só não solucionam a crise no país devedor, como também deterioram ainda mais a sua economia. Ademais, afirmam que embora tais medidas promovam evolução nos dados macroeconômicos, elas criam desigualdade social (WAHI, 2006, p. 345).

Na opinião de Wahi (2006, p. 346), as medidas são ambivalentes. No entanto, ela critica sobretudo o fato de as políticas não serem adaptadas à realidade de cada país, isto é, elas possuem um formato único que não leva em conta as especificidades de cada nação. Na verdade, tais medidas muitas vezes aumentam o nível de pobreza no país.

Outra crítica de Wahi (2006, p. 347-348) diz respeito à transparência das políticas colocadas em prática pelo Banco Mundial, especialmente quando é exigido um comportamento transparente por parte do país pela própria instituição

em suas condicionalidades. Além disso, falta representatividade às políticas, pois é um processo institucional interno, ou seja, a população não toma as decisões acerca das medidas a serem implementadas em seu próprio país, nem sequer seus representantes podem fazê-lo. O déficit democrático e a falta de transparência no processo de tomada de decisão violam, portanto, o direito de participação daqueles cidadãos.

A autora vai além e argumenta que esses arranjos de condicionalidade violam o direito de autodeterminação, pois este é o direito de um povo dispor de que maneira irá organizar seu Estado e sua economia, o que o Banco Mundial, de certa maneira, toma para si, quando realiza as políticas do “Structural Adjustment Loan” (WAHI, 2006, p. 350).

Segundo Wahi (2006, p. 337), é essencial ampliar a proteção contra essas instituições, pois elas têm assumido um poder semelhante ao poder estatal naqueles países em que atuam. No entanto, Wahi (2006, p. 351) ressalta que há mecanismos de responsabilização internos do Banco Mundial, como a autorregulação, por meio da qual a instituição pode inclusive modificar regras internas.

Há, ainda, os mecanismos quase independentes de responsabilização, ou seja, aqueles que consideram críticas externas, mas que funcionam dentro da estrutura institucional do Banco Mundial, como o denominado Painel de Inspeção do Banco Mundial, criado em 1993 (WAHI, 2006, p. 356).

Nesse sentido, Wahi (2006, p. 356-357) explica que o painel pode ser acionado por quaisquer duas pessoas ou mais que estejam vivendo em uma área afetada por um projeto do Banco. O processo, então, inicia-se e o Painel realiza um relatório para a Diretoria do Banco, a qual tem seis semanas para preparar suas recomendações para o Conselho indicando como responder às demandas expressas no relatório. A Diretoria, portanto, anunciará as medidas a serem tomadas. Além disso, um fator que contribui para a independência do Painel é o fato de que seus membros nunca mais poderão trabalhar no Banco Mundial após cumprirem seu mandato e aqueles que serão escolhidos não podem ter trabalhado nesta instituição, ao menos, nos dois anos anteriores.

No entanto, o mecanismo de responsabilização do Painel de Inspeção possui falhas. Em primeiro lugar, o mandato é limitado, ou seja, o Painel pode revisar apenas acordos de empréstimos e procedimentos operacionais do Banco

Mundial, não sendo permitido, por exemplo, denunciar violações de direito internacional, ou a não conformidade com diretrizes e melhores práticas. Outrossim, uma vez que o Painel apresenta as demandas, ele não pode mais interferir no processo. Essas, dentre outras limitações, demonstram, portanto, o poder limitado que possui o Painel para empregar medidas corretivas (WAHI, 2006, p. 357-358).

Dessarte, Wahi (2006, p. 361) depreende dessa análise que o Banco Mundial é praticamente o único responsável por realizar o controle de suas ações e a adequação dessas à carta da instituição, dado que os mecanismos de responsabilização carecem de efetividade e independência.

Alguns autores entendem que o Banco Mundial nunca se ocupou verdadeiramente da promoção dos direitos humanos, como Eric Toussaint:

A questão dos “direitos humanos” nunca fez parte das prioridades do Banco Mundial. Invariavelmente, nas condicionalidades fixadas pelo Banco, um direito era prioritário: o direito individual à propriedade privada, que, na prática, favorece os grandes proprietários, sejam pessoas ricas ou empresas nacionais e multinacionais. Nas condicionalidades impostas pela Banco não se encontra nenhuma referência aos direitos coletivos dos povos e das pessoas (TOUSSAINT, 2006, p. 309, tradução nossa).

O autor entende, portanto, que os ajustes estruturais não respeitam os direitos humanos como preconizado pelos textos das Nações Unidas (TOUSSAINT, 2006, p. 309). A relação com os textos da ONU ocorre pois o Banco Mundial é tido como uma das instituições especializadas das Nações Unidas, o qual possui atribuições de âmbito econômico, social e cultural derivadas da Carta das Nações Unidas. Embora o Banco seja anterior à ONU e formalmente não esteja vinculado a ela, na prática, ele está inserido no sistema onusiano, o qual é marcado pela cooperação internacional e promoção dos direitos humanos (TOUSSAINT, 2006, p. 317).

Vale ressaltar que o Banco é um ator muito pequeno diante dos problemas mundiais, seus empréstimos raramente chegam a mais de dois por cento da totalidade dos investimentos em países da periferia global. Na verdade, o Banco opera mais como um propagador de ideias e políticas do que um banco comum, de modo que o dinheiro é apenas um meio para alcançar o seu fim – prescrições políticas e ideias (PEREIRA, 2009, p. 344).

Na metade da década de 2010, diversos países se reuniram na ONU para estabelecer um plano para os próximos anos: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável das Nações Unidas. Nesse documento, os países estabeleceram algumas prioridades para o planeta, tais como: acabar com a pobreza e a fome; garantir dignidade, equidade e um meio ambiente equilibrado; fomentar produção e consumo sustentável; promover sociedades pacíficas e justas; e, por fim, promover o desenvolvimento sustentável (UNITED NATIONS, 2015). Nesse sentido, o Banco Mundial, como uma das agências especializadas da ONU, deve agir em favor da efetivação dessa agenda.

O que se pode esperar do Banco é a continuação da atuação com foco na redução da pobreza, bem como na promoção de outros direitos humanos. Não se pode perder de vista, no entanto, que se trata de uma instituição que é alvo de várias críticas, como, por exemplo, que ela reproduz a pobreza que tenta erradicar (SANTOS, 2000, p. 36). O Banco Mundial, portanto, possui um papel de promoção de direitos humanos, a despeito de todas as críticas e limitações, ao menos no que se refere à promoção do debate acerca dessa temática no sistema internacional.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, R. Andres Castaneda et al. **Global Poverty Monitoring Technical Note 20**: April 2022 Update to the Poverty and Inequality Platform (PIP). Abr. 2022.

ALVES, José A. Lindgren. A Declaração Universal dos Direitos Humanos no Discurso Diplomático Brasileiro. In: GIOVANNETTI, Andrea (org.). **60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos: Conquistas do Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 63-96.

ALVES, José A. Lindgren. Dificuldades atuais do Sistema Internacional dos Direitos Humanos. **Cadernos de Política Exterior**, Brasília, n. 6, 2017. 31 p. Publicação semestral do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI).

ARNER, Douglas W. The emerging discipline of international financial law. In: PICKER, Colin B., BUNN, Isabella D., e ARNER, Douglas. W. **International Economic Law: The State and Future of the Discipline**. Portland: Hart Publishing, 2008. p. 245-264.

AYRES, Robert. **Banking on the poor: the World Bank and the world poverty**. London, MIT Press, 1983.

BANCO MUNDIAL. **Poverty Overview**. Washington, DC. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/topic/poverty/overview>>. 26 abr. 2022. Acesso em: 25 set. 2022.

BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. **Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. *E-book*. Disponível em: <<https://osirredentosblog.files.wordpress.com/2015/12/brasil-eua-moniz-bandeira.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2022.

BELLUZO, Luiz Gonzaga de Mello. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados "globalizados". **Instituto de Economia da UNICAMP**. Campinas, p. 11-20.

BERGEN, Geoffrey, et al. **Development and Human Rights: The Role of the World Bank**. Washington: 1998. 30 p. Relatório produzido por um grupo de trabalho interno com representação do Banco Mundial.

BRASIL, Lianne Porto. A responsabilidade do Banco Mundial na promoção dos direitos humanos. **Cadernos Eletrônicos Direito Internacional sem Fronteiras**, v. 2, n. 2, 2020. 22 p. ed. 29.

CANDEAS, Alessandro Warley. **Relações Brasil-Argentina: Uma análise dos Avanços e Recuos**. *RBPI*, nº 48 (I), p. 178-213, 2005

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Principios y “nuevos constitucionalismos”, el problema de los nuevos principios. **Revista de Derecho Constitucional Europeo**. Ano 7, Núm. 14, p. 321-364, jul./dez. 2010.

CAUFIELD, Catherine. **Masters of illusion: the World Bank and the poverty of nations**. New York, Henry Holt, 1996.

CHENERY, et al. **Redistribución con crecimiento**. Madrid, Tecnos, 1976.

COZENDEY, Carlos Márcio B. **Instituições de Bretton Woods**. 1. ed. Brasília: FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

CUNHA, Ciro Leal M. da. **Terrorismo internacional e a política externa brasileira após o 11 de setembro**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

CURADO, Marcelo; CRUZ, Márcio. Investimento Direto Externo no Brasil: uma análise para o período de alta inflação. **Instituto de Economia da UNICAMP**. Campinas, v. 21, n. 2, p. 275-300, ago. 2012.

DORATIOTO, Francisco; VIDIGAL, Carlos Eduardo. **História das Relações Internacionais do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

EINCHENGREEN, Barry. **Globalizing Capital**. Princeton: Princeton University Press, 1996.

ERIKSEN, Silja; SOYSA, Indra de. A Fate Worse Than Debt? International Financial Institutions and Human Rights, 1981–2003. **Journal of Peace Research**. Oslo, jul. 2009. v. 46, n. 4. p. 485-503.

FACHIN, Melina Girardi. Constitucionalismo Multinível: diálogos e(m) direitos humanos. **Revista Ibérica do Direito**, Ano I, Vol. I, Núm. I, p. 66-82, jan./abr. 2020.

FINNEMORE, Martha. Redefining development at the World Bank. In: COOPER, Frederick; PACKARD, Randall. **International Development and the Social Sciences. Essays on the history and politics of knowledge**. Berkeley, University of California Press, 1997, p. 203-227.

FISHLOW, Albert. On the emerging problems of development policy: Brazilian size distribution of income. **The American Economic Review**, 1 mar. 1972, v. 62, n. 1/2, p. 391-402.

International Bank for Reconstruction and Development Articles of Agreement. 27 jun. 2012. Disponível em: <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/722361541184234501-0330022018/original/IBRDArticlesOfAgreementEnglish.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2021.

GAVIN, Michael; RODRIK, Dani. The World Bank in Historical Perspective. **The American Economic Review**. Washington, DC, 6 jan. 1995. v. 85. p. 329-334.

GILPIN, Robert. **Global Political Economy**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

GWIN, Catherine. U.S. relations with the World Bank, 1945-1992. In: KAPUR, Devesh et al. **The World Bank: its first half century**. Washington DC, Brookings Institution Press, vol. 2, 1997. p. 195-274.

HARVEY, David. Parte II – A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. In: DAVID, Harvey. **A condição pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992. p. 117-184.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HUNTINGTON, Samuel. **A ordem política nas sociedades em mudança**. São Paulo e Rio de Janeiro, Editora da USP/Forense Universitária, 1975.

KAPUR, Devesh et al. **The World Bank: its first half century**. Washington DC, Brookings Institution Press, vol. 1, 1997.

KILSZTAJN, Samuel. O Acordo de Bretton Woods e a evidência histórica. O sistema financeiro internacional no pós-guerra. **Revista de Economia Política**, v. 9, n. 4, 1989. 12 p. Artigo derivado da pesquisa em pós-doutoramento junto à New School for Social Research.

LACROIX, Richard. **Desarrollo rural integral en América Latina**. Washington DC, Banco Mundial, Documento de Trabajo, nº 7165, 1985.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas**. Brasília: Funag, 2006.

LAPLANE, Mariano F.; SARTI, Fernando. Investimento Direto Estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90. **Instituto de Economia da UNICAMP**. Campinas, p.143-181, jun. 1997.

MACHADO, Célia Tanajura. **Atuação do Banco Mundial em educação no Brasil entre 1993 e 2004: uma análise dos instrumentos de empréstimo**. 19 p. Trabalho Acadêmico (Estado e Política Educacional) – UESB, 2005.

MASON, Edward; ASHER, Robert. **The World Bank since Bretton Woods**. Washington DC, The Brookings Institution, 1973.

McNAMARA, Robert. **Actas resumidas – reuniones de la Junta de Gobernadores**. Nairobi, 24-28 de set. 1973.

- McNAMARA, Robert. **Actas resumidas – reuniones de la Junta de Gobernadores**. Washington DC, 25-29 set. 1972.
- McNAMARA, Robert. **A essência da segurança**. São Paulo, IBRASA, 1968.
- McNAMARA, Robert. A imposição do desenvolvimento. In: McNAMARA, Robert. **Cem países, dois bilhões de seres: a dimensão do desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1974, p. 3-16.
- MILNER, Helen V. Globalization, Development, and International Institutions: Normative and Positive Perspectives. **Princeton University**, Princeton, p. 01-58, 14 set. 2005. Revisão.
- NEVES, Marcelo. Do diálogo entre as cortes supremas e a Corte Interamericana de Direitos Humanos ao transconstitucionalismo na América Latina. **Revista de Informação Legislativa**. Ano 51, Número 201, p. 193-214, jan./mar. 2014.
- PAYER, Cheryl. **Lent and lost: foreign credit and Third World development**. London/New Jersey, Zed Books, 1991.
- PAYER, Cheryl. **The debt trap: the International Monetary Fund and the Third World**. New York, Monthly Review Press, 1974.
- PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. 386 f. Tese de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para obtenção do Grau de Doutor em História. Rio de Janeiro, Niterói, 2009.
- PEREIRA, João Márcio Mendes (org.); PRONKO, Marcela (org.). **A demolição de direitos: um exame das políticas do banco mundial para a educação e a saúde (1980-2013)**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014.
- PEUKER, Axle. Strengthening the International Financial Architecture: contribution by the IMF and the World Bank. In: GROTE, Rainer and MARAUHN, Thilo. **The regulation of International Financial Markets**. Cambridge University Press, 2006. p. 237-255.
- PINHEIRO, Thiago Jabor. **Aspectos jurídicos da governança do sistema financeiro internacional: (1945-2009)**. 2009. 190 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, 2009.
- PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar**. 18 ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

RICH, Bruce. **Mortgaging the Earth: the World Bank, environmental impoverishment, and the crisis of development.** Boston, Beacon Press, 1994.

SANAHUJA, José Antonio. **Altruismo, mercado y poder: el Banco Mundial y la lucha contra la pobreza.** Barcelona, Intermón Oxfam, 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento crítico à consciência universal.** 30 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização.** 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

SHIBATA, Ibrahim F. I. Human rights, development, and international financial institutions, 1992, Washington. **Conference on human rights, public finance, and the development process.** Washington, 1992. p. 27-37.

STERN, Nicholas; FERREIRA, Francisco. The World Bank as 'intellectual actor'. In: KAPUR, Devesh et al. **The World Bank: its first half century.** Washington DC, Brookings Institution Press, vol. 2, 1997. p. 523-610.

TOUSSAINT, Eric. **Banco Mundial: el golpe de Estado permanente.** Madrid, El Viejo Topo, 2006.

UNDP (United Nations Development Programme). **Human Development Report 2000: Human Rights and Development.** 2000.

UNITED NATIONS. **Transforming our world: the 2030 agenda for sustainable development.** Nova Iorque: 21 out. 2015. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>. Acesso em: 11 out. 2022.

VELASCO e CRUZ, Sebastião C. **Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia.** São Paulo: Unesp. 2007

WADE, Robert Hunter. Greening the Bank: the struggle over the environment. In: KAPUR, Devesh et al. **The World Bank: its first half century.** Washington DC, Brookings Institution Press, vol. 2, 1997. p. 611-734.

WAHI, Namita. Human Rights Accountability of the IMF and the World Bank: A Critique of Existing Mechanisms and Articulation of a Theory of Horizontal Accountability. **U. C. Davis Journal of International Law and Policy.** Nova Deli, 18 maio 2006, p. 333-407.

WILLIAMSON, John. Reformas políticas na América Latina na década de 80. **Revista de Economia Política,** vol. 12, n. 1, p. 43-49, jan./mar. 1992.

WORLD BANK. **GDP (current US\$) – Latin America & Caribbean, Brazil, Mexico**. Disponível em:
<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=ZJ-BR-MX>.
Acesso em: 09 ago. 2022a.

WORLD BANK. **Member Countries**. Disponível em:
<https://www.worldbank.org/en/about/leadership/members>. Acesso em: 22 ago. 2022b.

WORLD BANK. **THE WORLD BANK ANNUAL REPORT 2010**: Year in Review. Washington DC: 2010.

WORLD BANK. **THE WORLD BANK ANNUAL REPORT 2019**: Ending Poverty, Investing in Opportunity. Washington DC: 2019.

WORLD BANK. **THE WORLD BANK ANNUAL REPORT 2019**: Supporting Countries in Unprecedented Times. Washington DC: 2020.

WORLD BANK. **THE WORLD BANK ANNUAL REPORT 2019**: Helping Countries Adapt to a Changing World. Washington DC: 2022.